E-book

SUPERVISÃO PEDAGÓGICA

Contributos para a melhoria das práticas de mediação escolar a partir da articulação entre Escola e Universidade

CeiED
ACADEMIA LUSÓFONA DE EDUCAÇÃO
fct Fundação para a Ciência e a Tecnologia
UNIVERSIDADE LUSÓFONA

Organizadores

Alcina de Oliveira Martins, Universidade Lusófona - Centro Universitário do Porto, Portugal (Coord.)
Louise Lima, Universidade Lusófona - Centro Universitário do Porto, Portugal

Financiamento

Este trabalho é financiado por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito do projeto PE-CEIED-4/001/2023.

Equipa

Investigador Responsável

Alcina de Oliveira Martins, ORCID: 0000-0002-0290-747X, Ciência ID: 5416-ECBE-008A

Investigadores

Louise Lima, ORCID: 0000-0002-3042-8097, Ciência ID: F815-944E-DA9D
Elisabete Pinto da Costa, ORCID: 0000-0002-6255-4135, Ciência ID: E41C-6D9D-F56B
Elsa Estrela, ORCID: 0000-0002-2889-4195, Ciência ID: E919-3A7A-E42C
Leanete Dotta, ORCID: 0000-0002-7676-2680, Ciência ID: 5110-533D-4436
Nazaré Coimbra, ORCID: 0000-0001-6591-3124, Ciência ID: 2214-8109-61F6
Rosa Serradas, ORCID: 0000-0001-7679-6031, Ciência ID: 9D15-3B81-C005

Investigadores estudantes

Cristina Baptista, ORCID: 0000-0002-4979-5794, Ciência ID: 1E12-433F-D8BC
Ilda Costa, ORCID: 0000-0003-2764-5266, Ciência ID: 6D1C-D299-D002
Vilma Martelo, ORCID: 0000-0002-8568-1428, Ciência ID: CA14-24A1-739A
Cláudia Silva, ORCID: 0009-0007-7471-8356, Ciência ID: AF16-F233-DB27
Marlene Chaves, ORCID: 0009-0004-3623-5642, Ciência ID: 5C14-35B2-46A9

Design

Louise Lima

ISBN 978-989-757-354-5

Dezembro, 2025

RESUMO

Este e-book constitui o resultado do projeto Supervisão Pedagógica: contributos para a melhoria das práticas de mediação escolar a partir da articulação entre Escola e Universidade, financiado pelo Centro de Estudos Interdisciplinares em Educação e Desenvolvimento (CeiED). Reúne um conjunto de contributos teóricos, metodológicos e empíricos que visam aprofundar a compreensão da forma como a Supervisão Pedagógica pode potenciar práticas mais qualificadas de Mediação Escolar, promovendo uma escola mais inclusiva, democrática e comprometida com a convivência cidadã. A obra apresenta uma abordagem pedagógica alicerçada em dinâmicas colaborativas, reflexivas e investigativas, concebendo a supervisão como um dispositivo ético-pedagógico capaz de transformar práticas, fortalecer a profissionalidade docente e ampliar a capacidade das escolas para responder às exigências dos contextos educativos.

O enquadramento teórico articula contributos nos domínios da supervisão, da mediação e do desenvolvimento profissional docente, destacando os princípios da colegialidade, da indagação crítica, da participação democrática e da emancipação profissional. Paralelamente, sublinha a relevância de compreender a mediação escolar enquanto prática socioeducativa orientada para a construção de ambientes de respeito mútuo, resolução pacífica de conflitos e reconhecimento da dignidade de todos os agentes educativos. Estes fundamentos sustentam a análise das relações entre currículo, supervisão e mediação, evidenciando a necessidade de uma escola humanizadora e intercultural.

Do ponto de vista metodológico, o projeto adotou uma perspetiva fenomenológica-interpretativa e uma abordagem qualitativa, materializada através de uma Investigação-Ação Participativa (IAP). A recolha de dados ao longo dos 12 meses de integrou questionários, ações de curta duração, observações de práticas letivas, grupos focais e momentos de reflexão partilhada entre docentes e investigadoras. A análise temática dos dados permitiu identificar padrões de significado, compreender tensões e potencialidades emergentes nas práticas e delinear percursos de melhoria na interseção entre Supervisão Pedagógica e Mediação Escolar.

Os resultados evidenciam lacunas formativas persistentes, mas também uma forte valorização docente da supervisão pedagógica enquanto processo colaborativo de desenvolvimento profissional, bem como da mediação enquanto estratégia de promoção da convivência democrática. As evidências recolhidas indicam que a articulação entre Supervisão Pedagógica e Mediação Escolar potencia processos de reflexão crítica, diversificação pedagógica e construção de respostas intencionais aos desafios da convivência escolar. Revelam igualmente a importância das parcerias Escola–Universidade para a construção de ecossistemas de aprendizagem que integrem investigação, prática e formação contínua, fortalecendo a capacidade das escolas para assumirem uma postura reflexiva, inovadora e orientada para a equidade e a justiça social.

Este e-book partilha, assim, um percurso formativo e investigativo vivido por professores, investigadores e estudantes de mestrado e doutoramento em Educação, não como prescrição técnica, mas como possibilidade metodológica e pedagógica. A obra oferece contributos que podem inspirar outros contextos educativos a desenvolver práticas articuladas de supervisão e mediação, ancoradas em valores democráticos, numa pedagogia da dignidade e num compromisso ético com a construção de escolas mais humanizadoras, inclusivas e participadas.

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO 4

Articulação Escola-Universidade: Uma discussão a partir dOS resultados sobre o Papel da Supervisão Pedagógica na Melhoria das Práticas de Mediação Escolar
Alcina de Oliveira Martins

2. SUPERVISÃO PEDAGÓGICA

Louise Lima 12

Supervisão pedagógica: que visão de educação e de formação?
Flávia Vieira 17

Currículo, Supervisão e Mediação: Desafios para uma Escola Intercultural e Humanizadora
Cristiana Madureira 27

3. MEDIAÇÃO ESCOLAR

Elisabete Pinto da Costa 36

Formar para Mediar: A Mediação Escolar como Caminho de Transformação da Prática Docente 40
Márcia Aguiar

A Mediação Escolar como Estratégia para a Melhoria Socioeducativa: o exemplo do Projeto MedMSE
Marisa Cunha 50

4. PONTOS DE CONTACTO: SUPERVISÃO PEDAGÓGICA E MEDIAÇÃO ESCOLAR

Leanete Thomas Dotta 56

Publicações 58

Fichas das Ações de Curta Duração 62

Ppt de suporte à ACD Supervisão Pedagógica: Estratégias e Práticas para o Sucesso Educativo 66

Ppt de suporte à ACD Mediação Escolar: uma Pedagogia para a Promoção das Competências do Perfil do Aluno à Saída da Escolaridade Obrigatória 79

1

INTRODUÇÃO

ARTICULAÇÃO ESCOLA-UNIVERSIDADE: UMA DISCUSSÃO A PARTIR DOS RESULTADOS SOBRE O PAPEL DA SUPERVISÃO PEDAGÓGICA NA MELHORIA DAS PRÁTICAS DE MEDIAÇÃO ESCOLAR



Alcina de Oliveira Martins
Coordenadora do Projeto
Universidade Lusófona
CeiED - Centro de Estudos Interdisciplinares em Educação e Desenvolvimento

São diversos os desafios enfrentados pelos contextos educativos para a promoção da inclusão, da cidadania e para a construção de ambientes de convivência democrática. Estes desafios são intensificados pela crescente diversidade presente nas escolas, o que exige uma abordagem pedagógica ajustada às necessidades de todos e cada um dos alunos. Neste contexto, a Mediação Escolar surge como uma prática fundamental para lidar com a pluralidade de experiências e resolver os conflitos que surgem no ambiente educativo. Mais do que uma ferramenta de resolução de problemas, a Mediação Escolar é um processo pedagógico que procura promover o diálogo, a empatia e o respeito mútuo, elementos essenciais para o fortalecimento de uma convivência cidadã (Pinto da Costa & Costa, 2020). A Supervisão Pedagógica, por sua vez, é uma estratégia que se consolidou como um processo formativo e de reflexão crítica sobre a prática pedagógica docente. Isto é, através da interação entre supervisores e professores, a Supervisão Pedagógica visa promover a melhoria contínua das práticas docentes, fortalecer a profissionalidade dos professores e fomentar a inovação pedagógica (Alarcão, 2020). Quando articulada com a Mediação Escolar, a Supervisão Pedagógica tem o potencial de aprimorar as competências dos docentes para lidar com conflitos, contribuindo para a construção de uma cultura escolar mais inclusiva e colaborativa, na qual todos os agentes educativos são corresponsáveis pela transformação social e educativa (Alarcão & Tavares, 2018).

Deste modo, a investigação que integrou o Projeto foi orientada pela questão central: **De que forma a Supervisão Pedagógica pode contribuir para a melhoria das práticas de Mediação Escolar, promovendo uma articulação efetiva entre a Escola e a Universidade?** Este questionamento centra-se na relação entre duas dimensões essenciais para a construção de uma escola inclusiva e democrática: a Supervisão Pedagógica como ferramenta de desenvolvimento profissional e a Mediação Escolar como estratégia de convivência democrática no espaço escolar. Esta interrogação visou explorar os potenciais contributos da articulação entre estes dois eixos para a criação de ambientes educativos mais colaborativos, inclusivos e reflexivos, através da promoção de um modelo colaborativo entre a Escola e a Universidade.

O desenho metodológico assenta numa perspetiva fenomenológica-interpretativa e numa abordagem qualitativa. Deste modo, a investigação configura-se como Investigação-Ação Participativa (IAP), opção orientada para a transformação que promove a construção coletiva de conhecimento e desenvolvimento sociopolítico (Vaccarino Ruiz et al., 2022). Concebemos a IAP, simultaneamente, como quadro metodológico e abordagem pedagógica (Dancis et al., 2023), valorizando processos e resultados (Denzin, 2009). No contexto das Parcerias Escola–Universidade, a IAP privilegia o envolvimento ativo e democrático de professores e investigadores na identificação de problemas relevantes, formulação de questões, recolha e análise de dados e implementação de mudanças (Catelli et al., 2000), apoiando a produção de conhecimento situado e o Desenvolvimento Profissional Contínuo (DPC) docente.

A recolha empírica combinou inquéritos por questionário (itens fechados e abertos) sobre conceções e práticas de Supervisão Pedagógica e Mediação Escular, o desenvolvimento de ações de curta duração dirigidas a professores, *focus groups*, observações de práticas letivas e reflexões partilhadas. Os registos observacionais, as transcrições das reflexões conjuntas e dos *focus groups* foram submetidos a análise temática de conteúdo (Braun & Clarke, 2006), identificando padrões de significado que permitiram compreender a integração das estratégias de articulação entre Mediação Escolar e Supervisão Pedagógica nas práticas docentes. A análise conjunta dos diferentes tipos de dados possibilitou uma leitura global das potencialidades e desafios da experiência. O estudo seguiu as orientações éticas do Committee on Publication Ethics (COPE) e obteve aprovação pela Comissão de Ética do CeiED, centro de investigação que integram as investigadoras do Projeto.

Os principais resultados indicaram que a Supervisão Pedagógica e a Mediação Escolar são reconhecidas pelos docentes como práticas essenciais para uma educação inclusiva, colaborativa e de qualidade. Contudo, emergem lacunas formativas: apenas 34,4% dos inquiridos referiram formação em Supervisão e 30,4% em Mediação, enquanto 62,5% e 50%, respetivamente, apontam a necessidade de reforço do DPC nestas áreas. A Supervisão, tradicionalmente associada a fiscalização e controlo, é muitas vezes entendida como um processo colaborativo de desenvolvimento profissional: entre 77,3% e 95,4% dos professores reconhecem a sua importância para o planeamento de práticas diferenciadas. Apesar disso, a observação de aulas, embora valorizada, permanece pouco sistemática, reclamando maior integração na rotina escolar.

Igualmente, a Mediação Escolar é amplamente reconhecida como eixo para uma escola mais inclusiva, eficaz na resolução de conflitos e no desenvolvimento de empatia e respeito. Persistem, porém, desafios: conflitos complexos, resistência de encarregados de educação e fragilidades institucionais (papéis pouco clarificados). Estes obstáculos, identificados nas respostas abertas, foram também discutidos no *focus group*, onde se sublinhou a contribuição da Mediação Escolar para a construção de uma cultura de respeito e melhoria das relações interpessoais.

A articulação da Supervisão Pedagógica com a Mediação Escolar é percecionada como decisiva para uma escola colaborativa e democrática. A Supervisão Pedagógica funciona como alavanca para a Mediação Escolar ao reforçar a convivência escolar, sustentar a resolução de conflitos e apoiar a implementação de práticas mediacionais. Em paralelo, a parceria Escola–Universidade é valorizada enquanto catalisador de alinhamento teoria–prática, do Desenvolvimento Profissional Contínuo e para a adequação das práticas às necessidades do contexto, embora enfrente algumas barreiras, como o tempo disponível dos professores e a necessidade de presença contínua das equipas universitárias.

Na segunda fase do projeto, e tendo como referência os resultados dos questionários, a equipa concebeu e dinamizou um ciclo de duas ações de curta duração dirigido a todo o corpo docente do Agrupamento de Escolas em estudo, centrado na articulação teórico-prática entre Supervisão Pedagógica e Mediação Escolar. Posteriormente, realizou-se um focus group com cinco professoras, conduzido por uma estudante de Mestrado (especialização em Supervisão Pedagógica e formação em Mediação Escolar) e por duas investigadoras. O objetivo consistiu em aprofundar as potencialidades e os desafios da prática supervisiva na promoção de práticas de Mediação Escolar no 3.º CEB.

As docentes envolvidas na Investigação-Ação Participativa não haviam respondido ao questionário inicial; as suas práticas foram, numa fase subsequente, observadas em contexto de sala de aula. Em paralelo, constituíram-se comunidades reflexivas que reuniam docentes e investigadoras em processos de coanálise dos dados — momento central da Supervisão Pedagógica orientado para uma reflexão crítica, colaborativa e partilhada.

As observações foram realizadas com grelhas estruturadas, contemplando: integração da Mediação Escolar na planificação e respetivos ajustes a necessidades emergentes; tipo e intencionalidade de ações mediacionais; qualidade da relação pedagógica; participação e clima seguro; respeito pela diversidade; interlocução promotora de pensamento crítico e autorreflexão; interação entre pares; desenvolvimento de competências de convivência e gestão autónoma de conflitos; estratégias preventivas e reativas; caracterização de incidentes; e eficácia/transferibilidade das respostas. Após a primeira ronda, a discussão coletiva permitiu identificar padrões de interação, problematizar estratégias de gestão de conflitos e (re)planear intervenções coerentes com os referenciais da Mediação Escolar.

Uma segunda ronda de observações acompanhou a evolução após o (re)planeamento. A análise conjunta evidenciou: (i) práticas de Mediação Escolar por vezes pouco explicitadas nas planificações, mas presentes na ação; (ii) flexibilidade docente (ajustes de ritmo, organização e clarificação) favorecendo participação equitativa; (iii) rotinas de recentragem e co-definição de normas com efeitos visíveis; (iv) combinação de perguntas abertas/dirigidas, revisão orientada e trabalho de grupo; (v) indicadores mediacionais consistentes (escuta ativa, assertividade, comunicação não violenta). Registaram-se episódios pontuais de linguagem branqueadora sob pressão, contrastando com atitudes éticas estáveis (imparcialidade, justiça interacional, responsabilização não punitiva). A interação aluno–aluno (debate, tutoria) e sinais de autorregulação/agência foram frequentes; em contextos avaliativos, observou-se maior diretividade e menor autonomia discente. No conjunto, soluções simples como a troca de lugares e resequenciação, mostraram-se eficazes.

No plano do desenvolvimento profissional, três eixos interligados — reconhecimento entre intervenientes, clareza relacional do processo formativo e construção coletiva de conhecimento — sustentam a Supervisão Pedagógica como dispositivo ético-pedagógico de transformação da prática, ancorado em observação entre pares, feedback formativo, análise de evidências de aprendizagem e reflexão sistemática. A parceria Escola–Universidade revelou-se estruturante para a análise crítica, a co-construção de saber situado e o desenvolvimento profissional recíproco, embora a sua sustentabilidade exija liderança pedagógica distributiva, tempos protegidos para colaboração e políticas que institucionalizem rotinas de Supervisão Pedagógica e Mediação Escolar no quotidiano escolar.

Em resposta à questão de partida, conclui-se que a Supervisão Pedagógica contribuiu diretamente para a melhoria das práticas de Mediação Escolar ao promover consciência crítica sobre a ação docente, apoiar estratégias colaborativas e integrar, de forma intencional, valores de convivência democrática no currículo. A articulação com a Universidade conferiu uma base teórica e metodológica e reforça a formação contínua, tornando a Mediação Escolar mais estruturada, reflexiva e contextualizada e afirmando a escola como espaço de cidadania ativa. Persistem, contudo, desafios na formação, na implementação e na aproximação entre teoria e prática. A sua superação requer ampliar oportunidades d Desenvolvimento Profissional Contínuo em Supervisão Pedagógica e Mediação Escolar e consolidar parcerias com as universidades, criando condições organizacionais para a institucionalização destas práticas. A colaboração entre docentes, instituições do ensino superior e comunidade escolar emerge, assim, como condição para um ambiente educativo mais democrático, inclusivo e sustentável.

Referências

Alarcão, I. (2020). *A Supervisão no Campo Educativo*. UA Editora

Alarcão, I., & Tavares, J. (2018). *Supervisão da Prática Pedagógica - Uma Perspectiva de Desenvolvimento e Aprendizagem*. Almedina

Braun, V., & Clarke, V. (2006). Usando a análise temática em psicologia. *Pesquisa Qualitativa em Psicologia, 3* (2), 77–101. https://doi.org/10.1191/1478088706qp063oa

Catelli, L, Carlino, P., & Martínez, A. (2000). *Formación situada en la escuela y desarrollo profesional docente: Experiencias de investigación acción en Argentina*. FLACSO.

Dancis, J. S., Coleman, B. R., & Ellison, E. R. (2023). Participatory Action Research as Pedagogy: Stay Messy. *Journal of Participatory Research Methods, 4*(2). https://doi.org/10.35844/001c.75174.

Denzin, N. (2009). *Qualitative inquiry under fire: Toward a new paradigm dialogue*. Left Coast Press.

Nóvoa, A., & Alvim, Y. (2022). E*scolas e Professores - Proteger, Transformar, Valorizar*. SEC/IAT.

Pinto da Costa, E., & Costa, I. (2020). Continuing Teacher Training in Conflict Mediation: A Socio-Educational Strategy for the Current School. I*nternational Journal of Management Science and Business Administration, 6*(4), 63-69. https://doi.org/10.18775/ijmsba.1849-5664-5419.2014.64.1006

Vaccarino-Ruiz, S., Gordon, D., & Langhout, R. (2022). Toward the democratization of knowledge: Using photovoice, social biography, and the “five whys” in YPAR with children. Cu*ltural Diversity and Ethnic Minority Psychology, 28*(3), 440–448. https://doi.org/10.1037/cdp0000457

2

SUPERVISÃO PEDAGÓGICA

SUPERVISÃO PEDAGÓGICA



Louise Lima
Investigadora do Projeto
Universidade Lusófona
CeiED - Centro de Estudos Interdisciplinares em Educação e Desenvolvimento

A Supervisão Pedagógica tem vindo a consolidar-se como um dispositivo com potencial de transformação das práticas pedagógicas, particularmente num momento em que as escolas enfrentam desafios crescentes relacionados com a diversidade e a convivência cidadã. A investigação tem mostrado que os processos supervisivos, quando concebidos a partir de uma racionalidade colaborativa e reflexiva, contribuem para o desenvolvimento profissional dos docentes e para a qualidade das práticas pedagógicas. Esta orientação contrasta profundamente com a tradição inspetiva e verticalizada que historicamente marcou a supervisão, a partir de uma conceção muito centrada no controlo e na verificação do cumprimento de normas. Na sua evolução conceptual, o conceito de Supervisão Pedagógica passa a desvincular-se dessa matriz hierárquica para assumir uma natureza formativa, relacional e situada, coerente com uma escola orientada por princípios de equidade, justiça social e inclusão.

Neste sentido, a Supervisão Pedagógica é compreendida como um processo de desenvolvimento profissional que articula reflexão para, sobre e na e ação (Schön, 1983), mobilizando professores na análise crítica das suas práticas e na construção de opções pedagógicas ajustadas aos contextos. Trata-se de um processo que articula momentos de planificação, observação, reflexão partilhada e reconstrução da ação, num movimento simultaneamente epistemológico e profissional. Ao promover a problematização e o diálogo entre pares, a supervisão potencia o desenvolvimento de culturas colaborativas, favorece a emergência de comunidades de aprendizagem e contribui para a construção de escolas mais democráticas e aprendentes (Alarcão & Tavares, 2003). Através da análise conjunta da prática e da interpretação crítica das situações educativas em contexto, os docentes são convocados a repensar os seus modos de agir, a alargar repertórios pedagógicos e a assumir a coautoria dos processos curriculares. A escola, neste quadro, deixa de ser um mero espaço de aplicação de prescrições externas e passa a configurar-se como um organismo reflexivo que se interroga, se transforma e se reinventa (Alarcão, 2001).

A relevância da Supervisão Pedagógica é ainda mais visível quando se considera o campo da mediação escolar, onde se cruzam dinâmicas sociais complexas, relações densas e conflitos que desafiam permanentemente as práticas docentes. A mediação escolar é, por natureza, uma prática relacional que exige escuta, negociação, comunicação e gestão de conflitos. Tais ações não emergem espontaneamente: são construídas, aprofundadas e ajustadas através de processos formativos rigorosos e continuados. É precisamente neste ponto que a Supervisão Pedagógica pode contribuir para melhores práticas de mediação. Ao apoiar a análise crítica das práticas de mediação, ao favorecer a identificação de tensões e possibilidades e ao promover a reflexão situada, a Supervisão Pedagógica pode criar condições para que os docentes compreendam com maior profundidade os fenómenos socioeducativos que atravessam o quotidiano escolar. Através da observação colaborativa, da discussão sistemática das práticas e da auto e heterreflexão, é possível construir uma compreensão sobre as relações pedagógicas e as situações de conflito, aumentando a agência do professor no que diz respeito ao campo ético.

O projeto **Supervisão pedagógica: contributos para a melhoria das práticas de mediação escolar a partir da articulação entre Escola e Universidade** - do qual resulta este E-book - reforça esta posição ao assumir, como premissa, que a qualificação das práticas de mediação escolar depende, em grande medida, da existência de dispositivos supervisivos bem estruturados, numa perspetiva pedagógica. Neste entendimento, a articulação entre Escola e Universidade, que está igualmente no centro deste projeto, acrescenta uma dimensão particularmente relevante, pois permite que o conhecimento seja produzido e disseminado através da experiência concreta dos contextos educativos. Esta aproximação cria espaços formativos assentes na articulação entre investigação e prática, promovendo uma Supervisão que, por ser pedagógica, é simultaneamente formativa, investigativa e transformadora. Ao envolver professores em serviço nas escolas, estudantes de mestrado e doutoramento, docentes do Ensino Superior e investigadores, o projeto favoreceu a construção de ecossistemas de aprendizagem que ampliaram a compreensão dos processos de ensino-aprendizagem-avaliação e reforçaram a natureza partilhada do desenvolvimento profissional.

Neste enquadramento, a Supervisão Pedagógica afirma-se como uma estratégia que integra múltiplas dimensões. É um processo que regula a prática pedagógica, entendendo-a como fenómeno situado, observável e continuamente reconstruído. É uma possibilidade para promover práticas inclusivas, ajustadas aos ritmos, necessidades e identidades dos alunos, contribuindo para uma escola mais democrática e comprometida com o direito à aprendizagem de todos e cada um dos alunos. É, ainda, uma ferramenta estruturante de desenvolvimento curricular, dado que a análise reflexiva da prática permite redefinir estratégias de ensino, diversificar metodologias e construir sentidos curriculares que possam responder às exigências do contexto. A Supervisão Pedagógica, porém, não pode ser reduzida a procedimentos ou técnicas: é, antes de mais, um exercício ético e político. Nas palavras de Freire (2016), pensar a prática implica interrogá-la e reconstruí-la à luz de um compromisso emancipatório. Assim, os processos supervisivos orientados por princípios dialógicos e democráticos contribuem para uma profissionalidade docente mais consciente, mais crítica e mais capaz de intervir no sentido da transformação. Para além disso, ao reconhecer que professores e supervisores são sujeitos em desenvolvimento, a supervisão promove um trabalho formativo que é também humano, relacional e profundamente contextualizado.

Em jeito de síntese, a Supervisão Pedagógica, concebida de forma colaborativa, reflexiva e horizontal, configura-se, assim, como um dispositivo indispensável para a construção de escolas mais justas e inclusivas. Ao sustentar decisões informadas, ao promover diálogo entre atores educativos e ao favorecer a emergência de práticas pedagógicas emancipatórias, contribui para a melhoria das práticas docentes e para a concretização de uma visão mais ampla de escola enquanto comunidade aprendente e democrática (Alarcão, 2002; Alarcão & Tavares). Deste modo, a supervisão torna-se parte integrante de um movimento contínuo de transformação pedagógica e curricular, reconhecendo o professor como sujeito ativo, crítico e autor da sua própria prática e do conhecimento profissional que desenvolve.

Referências

Alarcão, I. & Tavares, J. (2003). *Supervisão: Um Contexto de Desenvolvimento Profissional*. Porto Editora.

Alarcão, I. (2001). *Escola Relexiva e Supervisão*. Porto Editora.

Schön, D. (1983). *The Reflective Practitioner: How Professionals Think in Action*. Basic Books

Freire, P. (2016). *Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários à Prática Educativa*. Paz e Terra.

SUPERVISÃO PEDAGÓGICA: QUE VISÃO DE EDUCAÇÃO E DE FORMAÇÃO?

Flávia Vieira

Universidade do Minho
Centro de Investigação em Educação

SUPERVISÃO PEDAGÓGICA: QUE VISÃO DE EDUCAÇÃO E DE FORMAÇÃO?

Flávia Vieira
Universidade do Minho
Centro de Investigação em Educação

A supervisão é uma das áreas em que tenho vindo trabalhar desde sempre, tanto na investigação como na formação, e é com base em parte desse trabalho que trago aqui algumas ideias para discutirmos e que passo a apresentar.

Pode-se dizer muita coisa sobre supervisão, porque é um campo muito vasto, mas eu selecionei, daquilo que poderia aqui dizer, uma focalização na questão que aparece no subtítulo desta apresentação, dando um especial destaque ao sufixo visão, porque me parece que esta é a questão central da supervisão: qual é a visão de educação e de formação que defendemos e exploramos nos contextos supervisivos? A questão parece ser muito óbvia, mas não é. Na verdade, muita literatura sobre supervisão não a discute ou discute-a de uma forma um tanto superficial. Do meu ponto de vista e com base no trabalho que tenho vindo a desenvolver junto de professores na formação inicial, mas também na formação especializada, em conjunto com muitos outros colegas, não faz muito sentido falarmos de supervisão sem equacionarmos essa questão e ela vai orientar a minha intervenção.

Numa definição simples, a supervisão pedagógica é um processo de auto/corregulação de processos educativos, tendo como propósito, por um lado, a interrogação e a transformação de práticas e, por outro lado, ou em simultâneo, o desenvolvimento profissional dos professores. O pressuposto é que, à medida que o professor, seja um professor que está em formação inicial ou não, vai interrogando e transformando as suas práticas, ele vai-se desenvolvendo profissionalmente. Portanto, são dois processos que ocorrem em simultâneo e, como eu dizia, interessa-me aqui sublinhar o sufixo visão e não tanto o prefixo *super*.

O presente texto corresponde à transcrição editada do texto oral da conferência apresentada no webinar com apoio de diapositivos. Algumas citações apresentadas nesses diapositivos foram lidas oralmente e aparecem aqui em itálico. O trabalho que sustenta esta comunicação é financiado pelo CIEd - Centro de Investigação em Educação, Instituto de Educação, Universidade do Minho, projetos UIDB/01661/2020 e UIDP/01661/2020, através de fundos nacionais da FCT/MCTES-PT.

E aqui baseio-me numa nota de Duncan Waite (1995a), já de 1995, que eu considero muito importante para se perceber a importância deste sufixo. O autor usa o V maiúsculo em *superVisão*, numa tentativa de expressar o potencial visionário das relações colegiais entre o professor e um elemento externo, do qual ambos podem beneficiar se ambos adotarem uma postura educativa indagatória. E, portanto, há aqui dois elementos centrais: por um lado, o potencial visionário da supervisão e, por outro lado, a colegialidade, que sabemos ser difícil de construir em muitos contextos, das relações entre um professor e um elemento externo. Este elemento externo pode ser o supervisor formal, mas pode ser um colega e podem ser os próprios alunos que, com o professor, discutem as práticas. Portanto, esta é uma definição bastante ampla do âmbito da supervisão pedagógica.

A questão *que visão educação nos contextos da superVisão?* remete-nos para o que hoje se entende que deve ser a educação escolar. Os estudos e recomendações nacionais e transnacionais, que têm implicações nas políticas educativas, advogam hoje a necessidade de promover aquilo que podemos designar como uma *educação transformadora*. Este conceito implica uma educação inclusiva, para uma cidadania democrática, para a sustentabilidade, para a literacia digital e para a aprendizagem ao longo da vida. Estas são algumas ideias-chave que, do meu ponto de vista e do ponto de vista desses estudos e recomendações, podem traduzir o conceito de educação transformadora.

A este propósito, no âmbito da minha participação no Conselho Nacional de Educação, coordenei um trabalho que deu origem ao *Referencial para a Inovação Pedagógica nas Escolas* (CNE, 2023A) que alguns poderão conhecer e que está no site do Conselho Nacional de Educação, no qual se defende exatamente uma visão transformadora da educação, tendo estas componentes que eu acabei de referir, e isto tem muito a ver com o sentido social da educação e da inovação pedagógica. O referencial contempla três grandes dimensões: o sentido social, por um lado, que é aquele que eu estou aqui a sublinhar, mas também a orientação local e sistémica da educação e dos processos de inovação e a sua focalização no educando e na aprendizagem. Este último aspeto tem a ver com uma gestão participada, flexível e inter/transdisciplinar de currículo, com a promoção da relação escola-vida e com a diversidade de competências que podem ser desenvolvidas nos alunos.

Tem também a ver com as abordagens pedagógicas, no âmbito das quais devem ser criados ambientes de aprendizagem favoráveis à inclusão, à voz dos estudantes, à autenticidade, à relação entre avaliação e aprendizagem e, não menos importante, a ideia da reflexão do professor sobre a sua prática. Portanto, esta focalização no educando e na aprendizagem é o centro do referencial, mas ele implica essa visão transformadora da educação. Implica compreender que a educação tem um sentido social e implica também compreender que a educação se faz sempre de forma contextualizada. Daqui vem essa dimensão da orientação local sistémica, que nos remete para a relação com os contextos, para as condições que existem ou não para a inovação pedagógica e para a importância de monitorizar e avaliar os processos de inovação. Estou aqui a falar da inovação porque um dos propósitos da supervisão é a renovação das práticas, a transformação das práticas. Portanto, o conceito de inovação, do meu ponto de vista, está ou deve estar intimamente ligado às práticas supervisivas.

Quanto à visão de formação, o Conselho Nacional de Educação, na *Recomendação sobre a Inovação Pedagógica nas Escolas* (CNE, 2023b) elaborada com base no Referencial referido, traça uma série de linhas de ação das quais eu saliento quatro que têm a ver com os programas de formação de professores, podendo aplicar-se a contextos formativos diversos.

A primeira recomendação consiste em basear os programas de formação numa visão transformadora de educação, tendo em conta as políticas educativas nacionais e transnacionais, e fomentando a preparação de educadores informados, reflexivos e agentes de mudança. Uma outra recomendação é promover, no âmbito desses programas, a compreensão da complexidade e da natureza multifacetada da inovação pedagógica, das condições que podem ser favoráveis ou desfavoráveis ao seu desenvolvimento e dos mecanismos de monitorização e avaliação que favoreçam a sua sustentabilidade. Aqui, a supervisão tem um papel absolutamente central. Ela implicará sempre mecanismos de monitorização e avaliação daquilo que se está a fazer, das mudanças que se estão a implementar em termos educativos. Uma terceira recomendação é a promoção do desenho, realização, avaliação e disseminação de iniciativas de inovação, criando mecanismos de apoio, supervisão ou mentoria, ao seu desenvolvimento. A última recomendação tem que ver com o desenvolvimento de competências profissionais, ou seja, de conhecimentos, capacidades e atitudes que promovam, de alguma forma, práticas educativas centradas nos educandos e na aprendizagem.

Bom, tudo isto pode ser lido como uma declaração de intenções, um ideal, aquilo que *deve ser*. Mas a verdade é que o desenvolvimento de pedagogias transformadoras se faz sempre, eu diria, às vezes mais outras menos, em contracorrente. Isto porque existem muitos obstáculos e constrangimentos à mudança educativa. A questão que se pode colocar no campo da supervisão é: *o que pode dificultar a mudança?* Mas aquilo que pode dificultar a mudança também a justifica. Se há um fator que dificulta a mudança, isto significa que, de alguma forma, deveria ser alterado e será preciso intervir sobre esse fator no sentido de criar melhores condições para a mudança educativa. Claro que temos fatores onde as escolas podem intervir mais diretamente e outros onde intervêm menos diretamente, na medida em que não dependem apenas da sua ação, como, por exemplo, o elevado número de alunos por professor ou o desgaste e a desmotivação profissionais a que temos vindo a assistir no nosso país, mas não só no nosso país.

Portanto, há fatores que podem dificultar a mudança e é preciso, no campo da supervisão, perceber, em cada momento, quais são esses fatores e se há ou não forma de os superar ou colmatar. Isto remete-nos para um conceito também de Duncan Waite (1995b) numa obra em que ele defende que o supervisor, ou a supervisão, melhor dizendo, deve ser *situacional*. Isto quer dizer que o supervisor, entre as várias competências que deverá ter, deverá ser capaz conhecer a realidade, ter uma visão ampla do cenário em que está a trabalhar com os professores, identificar fatores que podem ser facilitadores ou dificultadores do trabalho supervisivo e, com os professores, traçar planos de ação no sentido de colmatar alguns desses fatores, encontrar espaços de manobra e procurar atuar em função daquilo que, nesse contexto supervisivo, se defende. Haverá sempre constrangimentos à mudança educativa e a supervisão é, por isso, uma prática situacional onde podemos definir um ideal, sendo que o desfasamento entre a realidade e o ideal existe sempre e, assim, a educação e a supervisão situam-se num espaço intermédio entre o *real* e o *ideal*, no espaço da *possibilidade*. Esta é uma ideia que tenho vindo a defender ao longo dos anos. O que é *possíve*l fazer?

Para responder a esta pergunta, para abrir janelas à mudança no espaço do possível, é preciso fazer uma análise crítica da realidade e confrontar essa realidade com aquilo que desejamos. Aqui podemos considerar dois grandes conceitos em polos opostos: a *reprodução* e a *transformação*. A realidade, muitas vezes, tende mais para uma prática reprodutora do que para uma prática transformadora. A ideia de uma pedagogia transformadora pode estar longe da realidade e está muitas vezes longe da realidade. Isso não é, do meu ponto de vista, uma razão para se desistir.

É uma razão para persistir, sendo que aquilo que conseguimos fazer no campo do *possível* é sempre uma tentativa de aproximação àquilo que, naquele momento, consideramos que é o que *deve ser*, o nosso ideal. Trago aqui, a este propósito, uma citação da Recomendação do Conselho Nacional de Educação (2023b) que diz o seguinte: "A inovação pode constituir uma via de superação de constrangimentos e também de criação ou reclamação de melhores condições. Neste sentido, a resiliência dos atores educativos pode ser entendida como uma dimensão intrínseca dos processos de inovação, sempre situados entre um real e um ideal no espaço, da possibilidade. A busca de caminhos para uma educação mais humanista, democrática e promotora do sucesso educativo implica necessariamente a problematização dos constrangimentos observados, a criação de estratégias de superação e a afirmação das escolas como organizações aprendentes, lugares de reflexão e intervenção críticas" (p. 16). Colocar a inovação e a mudança educativa no campo do possível implica que a supervisão está também no campo do *possível*, uma vez que não podemos desligar a supervisão pedagógica da pedagogia. Quando se diz *supervisão pedagógica*, o adjetivo indica o objeto da supervisão, que é a pedagogia, mas também a sua natureza *pedagógica* – ela deve ensinar-nos algo de válido sobre como transformar a educação.

Todos nós sabemos que existem imensas estratégias que podemos utilizar no campo da supervisão. Na minha prática supervisiva, tenho utilizado, sobretudo, o diálogo reflexivo, a observação, as narrativas, os portefólios, a análise de casos e investigação-ação. Mas queria destacar aqui a investigação-ação, que é, no caso dos mestrados em ensino da Universidade de Minho, aquilo que mais distingue o modelo de supervisão que temos hoje do modelo que tínhamos antes da reforma de Bolonha. Os estagiários desenvolvem pequenos projetos da investigação-ação, que, na verdade, incluem muitas outras estratégias, como o autoquestionamento, a observação de aulas, inquéritos aos alunos e construção de portefólios, porque a investigação-ação é uma estratégia híbrida. Pode integrar outras estratégias e permite aos professores fazer um trajeto de reflexão crítica sobre a sua prática.

A ideia do caleidoscópio que eu e as minhas colegas colocámos no título do livro *No Caleidoscópio da Supervisão – Imagens da Formação e da Pedagogia* (Vieira et al., 2010) que foi publicado em 2006 e depois teve uma segunda edição aumentada em 2010, pretende indicar que a supervisão pode ter configurações muito diversas. Podemos utilizar combinações de estratégias diversas, enfim, não há uma fórmula mágica e tudo vai depender muito dos contextos, daquilo que se pretende e daquilo que é possível fazer.

Mas embora as configurações possam ser diversas, elas deveriam assentar, do nosso ponto de vista, numa visão transformadora da educação e da formação e por isso é que definimos nesse livro alguns princípios que devem orientar os processos educativos e os processos supervisivos: indagação crítica, intervenção crítica, democraticidade, dialogicidade, participação e emancipação dos sujeitos. Neste caso, os sujeitos podem ser os formandos, mas também os alunos com quem trabalham. Com base no trabalho de Paulo Freire, à ideia da *emancipação* podemos opor a ideia da *domesticação*. Muitas vezes, as práticas supervisivas são mais domesticadoras do que emancipatórias. Isto aconteceu muito mais no passado do que acontece hoje, mas não é muito fácil, em muitos contextos, estabelecer práticas que sejam verdadeiramente participadas e emancipatórias para quem nelas participa. As nossas práticas podem ser muito diversas, mas é importante termos alguns princípios estruturantes e é necessário perguntar, por exemplo, em que medida essas práticas promovem a indagação crítica, a intervenção crítica ou a democraticidade.

Independentemente das nossas opções, há uma ideia que fui buscar a Larrosa Bondía (2010) a ideia de *fazer soar a experiência*, ou seja, a formação de professores e a supervisão pedagógica têm de estar diretamente ligadas à experiência educativa. Mas o que é que quer dizer isto? Fazer soar a experiência, segundo este autor, quer dizer, essencialmente, *dizer não ao que rejeitamos* e *fazer perguntas* direcionadas a outras formas de ser e estar, sem certezas acerca do que vamos encontrar, mas seguros de que é esse o caminho a fazer. Esta ideia da interrogação da realidade, da rejeição daquilo que nos parece irracional ou injusto e da construção de caminhos a partir de perguntas que nos direcionam para outros modos de ser e estar é uma forma de trazermos a experiência educativa para o centro dos processos de mudança e dos processos de supervisão, sem certezas, porque aquele espaço intermédio da possibilidade é sempre um espaço de incerteza, no qual não sabemos muito bem, exatamente, quais vão ser os resultados. E isto é próprio da construção de conhecimento. Quando fazemos perguntas para as quais buscamos respostas, temos sempre alguma incerteza sobre aquilo que vamos encontrar.

Num texto que publiquei em 2024 (Vieira, 2024) afirmo que a ideia de dizer não ao que rejeitamos e fazer perguntas direcionadas a outras formas de ser e estar é uma ideia que *percorre as experiências dos professores que indagam criticamente as práticas e procuram construir pedagogias mais democráticas, frequentemente em contracorrente, com dúvidas e limitações, mas seguros de que é esse o seu caminho. E acrescento que os professores são, assim, autores de referência para compreendermos de que forma se pode explorar a utopia das pedagogias democráticas no espaço da possibilidade.*

Assim, para compreender em que medida as pedagogias democráticas são uma utopia, socorro-me de exemplos de professores, de como eles procuraram percorrer esse caminho. É o caso do exemplo que aqui trago, de uma estagiária que orientei o ano passado no âmbito do Mestrado em Ensino de Inglês no 1.º Ciclo do Ensino Básico, cujo projeto de investigação-ação se intitulou *Era uma vez a igualdade de género: Uma experiência no ensino de inglês no 1.º Ciclo do Ensino Básico* (Rodrigues, 2024). Tenho estado ligada a este mestrado há muitos anos, desde que foi criado em 2016, e tenho vindo orientar muitos projetos de investigação-ação de estagiários, a maior parte deles sem qualquer experiência prévia de ensino, onde procuram desenvolver alguma mudança educativa. Esta estagiária estava muito interessada em desenvolver algum trabalho em torno da igualdade de género com uma turma do 4.º de escolaridade e a partir do uso de histórias. Como sabem, o uso de histórias é muito recomendado no 1.º ciclo e não só no caso do Inglês, mas nas aulas de língua estrangeira as histórias são muitas vezes usadas apenas como um pretexto para ensinar gramática e vocabulário, e não como base para uma reflexão das crianças sobre questões sociais, sobre questões mais vastas, digamos assim. Como ela refere no seu relatório, na justificação deste foco e citando uma publicação do Conselho da Europa de 2024 (Council of Europe, 2024), *embora a pretensão da igualdade seja patente em diversos documentos de âmbito nacional e internacional e seja defendida por diferentes organizações, nomeadamente europeias, as desigualdades de género e as barreiras estruturais à igualdade de género continuam a persistir em muitas áreas, muitas vezes restringindo as mulheres e os homens aos seus papéis de género tradicionais e limitando as suas oportunidades.*

Do seu ponto de vista, esta situação *torna clara a pertinência de temáticas educativas voltadas para uma cidadania democrática inclusiva* e assim ambicionou, através do seu projeto, *inspirar as crianças à reflexão sobre ideias feitas e instituídas, abrindo caminho à formação de cidadãos reflexivos, conscientes e proativos, na construção de uma sociedade mais justa, inclusiva e equilibrada no que toca a direitos e deveres para o homem e para a mulher*. Este foi um trabalho excecional, que não era fácil e que nos colocou várias dúvidas iniciais, mas que ela conseguiu gerir de uma forma muito relevante a partir de histórias infantis em inglês, que selecionou especificamente para trabalhar as questões de género.

Muitos outros projetos são exemplos de como os estagiários, mesmo sem experiência de ensino, dizem não àquilo que rejeitam e procuram abrir caminhos a outras formas de ser e estar. Penso que esta ideia deveria ser quase um mantra da supervisão e, portanto, a superVisão pode ser vista como uma *imaginação de possibilidades*. Esta é uma definição alternativa à primeira definição que apresentei. E isto implica colocar questões do tipo *E se...?*, que traduzam ambições educativas. MacGrath (2023) diz que *a criação de ambições partilhadas pode enquadrar discussões prospetivas e pode ser usada para gerar um conjunto de cenários futuros, coletivos e preferidos para impactar o futuro e o presente. Esta é uma ideia muito poderosa. E se a superVisão apoiar a construção de uma educação mais humanista e democrática nas escolas?* Esta é uma ambição que podemos formular a par de muitas outras. O que já fazemos na supervisão para apoiar a construção de uma educação mais humanista e democrática? Que implicações é que isso tem? O que se procura com isso? O que falta fazer? O que mais pode ser feito e quais serão as implicações? Questões deste tipo deverão percorrer as práticas supervisivas e podem partir da formulação de ambições. Tudo isto implica reflexão, diálogo, negociação e colaboração, sendo que a questão central é: *por onde queremos e não queremos ir?*

Referências

Conselho Nacional de Educação (2023a). *Referencial para a Inovação Pedagógica nas Escolas*. CNE. https://www.cnedu.pt/pt/publicacoes/outras-publicacoes/referencial-para-a-inovacao-pedagogica-nas-escolas

Conselho Nacional de Educação (2023b). *Recomendação sobre a Inovação Pedagógica nas Escolas*. CNE. https://www.cnedu.pt/content/noticias/CNE/Recomendacao_Inovacao_Pedagogica_nas_Escolas.pdf

Council of Europe (2024). *Gender Equality Strategy* (2024-2029). Council of Europe. https://search.coe.int/cm/Pages/result_details.aspx?ObjectId=0900001680ae569b

Larrosa Bondía, J. (2010). Herido de realidad y en busca de realidad. Notas sobre los lenguajes de la experiencia. In J. Contreras & N. Pérez de Lara (Orgs.), *Investigar la experiencia educativa* (pp. 87-116). Edições Morata.

MacGrath, J. (2023). What systematic connections should we have around schools to support the work of teachers? Global lessons and the potential of ambition loops. *OECD Education Working Papers, 296*. https://dx.doi.org/10.1787/77de597c-en

Rodrigues, P. (2024). *Era uma vez...a igualdade de género: Uma experiência no ensino de Inglês no 1º Ciclo do Ensino Básico*. [Relatório de Estágio, Universidade do Minho]. Repositório da Universidade do Minho.

Vieira, F. (2024). Pedagogias democráticas: Utopia ou possibilidade?. *ELO: Revista do Centro de Formação Francisco de Holanda, 31*, 45-53.

Vieira, F., Moreira, M.A., Barbosa, I., Paiva, M., & Fernandes, I. S. (2010; 1ª ed. 2006). *No caleidoscópio da supervisão: Imagens da formação e da pedagogia*. Edições Pedago.

Waite, D. (1995a). Teacher resistance in a supervision conference. In D. Corson (Ed.), *Discourse and power in educational organizations* (pp. 71-87). Hampton Press.

Waite, D. (1995b). *Rethinking instructional supervision - Notes on its language and culture*. The Falmer Press.

CURRÍCULO, SUPERVISÃO E MEDIAÇÃO: DESAFIOS PARA UMA ESCOLA INTERCULTURAL E HUMANIZADORA

Cristiana Madureira

Universidade da Beira Interior
CeiED - Centro de Estudos Interdisciplinares em Educação e Desenvolvimento

CURRÍCULO, SUPERVISÃO E MEDIAÇÃO: DESAFIOS PARA UMA ESCOLA INTERCULTURAL E HUMANIZADORA

Cristiana Madureira
Universidade da Beira Interior
CeiED - Centro de Estudos Interdisciplinares em Educação e Desenvolvimento

Com esta comunicação, procuro evidenciar os fundamentos teóricos e práticos da supervisão pedagógica, analisar o papel do supervisor no desenvolvimento profissional docente, explorar a articulação entre instituições escolares e universitárias e identificar os contributos da supervisão para a melhoria das práticas de mediação escolar.

A supervisão pedagógica, tal como já refletido por Flávia Vieira, deve ser entendida, no âmbito da formação de professores, como uma prática que acompanha e orienta a atividade docente, favorecendo a monitorização e a transformação contínua das práticas pedagógicas. Esta supervisão não se limita à observação, mas promove processos de reforma, inovação e experimentação, conduzindo a uma compreensão mais aprofundada e abrangente do processo educativo.

O objetivo central é que nós, enquanto docentes e educadores, possamos assumir uma postura crítica e transformadora relativamente às nossas práticas. Ao fazê-lo, contribuímos para o desenvolvimento da nossa autonomia e do nosso percurso profissional, enriquecendo-nos continuamente ao longo da carreira. A supervisão pedagógica, neste sentido, assenta na colegialidade e nas relações interpessoais, implicando partilha de experiências, reflexão conjunta e cooperação.

Importa também salientar o diálogo constante entre professores e alunos, uma vez que a análise da forma como ensinamos, como os alunos aprendem e como avaliamos constitui um processo fundamental para repensar e redefinir a prática docente. Daí a importância de compreender a supervisão como uma prática eminentemente pedagógica, orientada por uma visão crítica e humanizadora da educação.

O presente texto corresponde à transcrição editada do texto oral da conferência apresentada no webinar com apoio de diapositivos.

No plano conceptual, podemos destacar três dimensões fundamentais. A primeira refere-se à visão, que nos permite observar e analisar práticas de forma colaborativa e crítica, identificando potencialidades e reconhecendo fragilidades. Estas últimas não devem ser vistas como falhas, mas como oportunidades de transformação e de desenvolvimento.

Por outro lado, a própria etimologia da palavra *supervisão* remete-nos para a necessidade de ampliar e aprofundar os processos pedagógicos ligados ao ensino, à aprendizagem e à avaliação. A supervisão pedagógica não se reduz a práticas de mera observação direta; ela exige um olhar crítico e aprofundado sobre os contextos educativos, capaz de transcender a descrição e de gerar transformação.

Este potencial transformador da prática docente só se concretiza por meio de uma reflexão colaborativa. Quando caminhamos juntos, partilhando experiências, dialogando com os pares e escutando os alunos, conseguimos repensar e reconstruir coletivamente o processo pedagógico.

Neste sentido, é fundamental reconhecer que os professores são protagonistas no processo de decisão pedagógica. Cabe-nos interrogar: qual a visão de educação que sustentamos? De que modo queremos desenvolver a nossa prática docente? Com que intencionalidade pedagógica? Estas perguntas orientam-nos na escolha do paradigma educativo que permita construir uma escola mais democrática, inclusiva e intercultural, onde todos e cada um tenham voz e lugar.

A observação assume, aqui, um papel central. A prática docente é sempre observável: por nós mesmos, enquanto sujeitos reflexivos, mas também pelos colegas com quem interagimos. Esta dimensão implica um diálogo reflexivo, que se estabelece entre o supervisor e o professor observado, numa relação de respeito e co-aprendizagem, com o objetivo último de melhorar as práticas pedagógicas.

Outro aspeto essencial é o das interações pedagógicas. No encontro com os pares e com os alunos, abrimos espaço para a construção conjunta de novos caminhos de desenvolvimento docente. Como referem Alarcão e Tavares (2003), o supervisor pedagógico deve possuir determinadas características-chave:

·Sensibilidade para identificar problemas e as suas causas;
·Capacidade analítica e conceptual, para dissecar e compreender os desafios educativos;
·Competências comunicacionais assertivas, que favoreçam relações de confiança;
·Conhecimento sólido em desenvolvimento curricular e didática;
·Competências relacionais e interculturais, indispensáveis numa escola cada vez mais plural;
·Responsabilidade social, assente numa clara compreensão dos fins da educação, simultaneamente sociais e pedagógicos.

Neste enquadramento, a supervisão pedagógica vai além da simples formação de professores: ela assume-se como um verdadeiro instrumento de mediação escolar. Não se trata apenas de criar gabinetes ou estruturas formais, mas de transformar-se em práticas concretas, efetivamente implementadas no quotidiano das escolas.

Atualmente, um dos maiores desafios da mediação escolar é a prevenção e a gestão de conflitos, quer entre alunos, quer entre alunos e professores. Outro desafio crucial é a promoção de relações interpessoais saudáveis, fundamentadas na convivência democrática e na valorização da diversidade. Dessa forma, a supervisão pedagógica e a mediação escolar articulam-se como práticas complementares, capazes de construir uma escola mais humanizadora, inclusiva e comprometida com a dignidade de todos os seus membros.

Outro dos desafios diz respeito à promoção de relações interpessoais saudáveis. O grande objetivo, da escola é promover uma convivência pacífica, harmoniosa entre todos e, portanto, esse constitui um dos grandes desafios da mediação escolar, que pode ser conseguido através do desenvolvimento de competências socioemocionais nos diferentes agentes educativos.

Isso é possível através do desenvolvimento de ações de capacitação, ações de formação para todos os agentes educativos, no sentido de refletirem sobre a importância da mediação escolar, na construção de uma sociedade convivial e de uma escola cada vez mais harmoniosa, intercultural inclusiva, de uma escola democrática e, portanto, a mediação escolar assume este grande desafio de contribuir para a construção de ambientes educativos que se pretendem que sejam cada vez mais inclusivos.

Por sua vez, a supervisão traz nos aqui grandes contributos, aliados à mediação escolar, que dizem respeito à observação crítica de práticas de mediação em diversos contextos, em diferentes escolas em Portugal e mesmo no contexto, moçambicano. Tive a oportunidade de, conjuntamente com colegas, refletirmos sobre práticas de mediação desenvolvidas em contexto escolar, através do desenvolvimento e da análise de diferentes narrativas dos próprios professores e dos alunos sobre algumas situações que possam, de certa forma, terem sido desafiantes em contexto escolar, de modo que, colaborativamente, possamos refletir sobre estratégias de intervenção nesses mesmos contextos.

Outro dos contributos da supervisão diz respeito ao desenvolvimento de competências de mediação nos próprios docentes, porque, através do desenvolvimento de um trabalho colaborativo com supervisores, com professores e com determinados investigadores de universidades a nível nacional e internacional, podemos contribuir para o desenvolvimento de um plano de ação de formação que, de certa forma, contribua para o desenvolvimento em contextos escolares, de competências de mediação nos diferentes agentes educativos, não só nos professores. A supervisão enquadra-se mais no desenvolvimento de competências de mediação nos professores, mas urge cada vez mais alargarmos essas competências de mediação para os próprios alunos e para os restantes agentes educativos, os não docentes os próprios encarregados de educação no sentido de corresponsabilizarmos os diferentes agentes educativos relativamente sobre estas questões da cultura de convivência pacífica, do bem estar individual e coletivo e que se cruza de certa forma, com o documento, reimaginarmos os nossos futuros juntos (UNESCO, 2022) que aponta para essa necessidade de construirmos coletivamente os nossos futuros. Juntos, isso só é possível se, efetivamente, desenvolvermos uma série de ações de capacitação em contexto escolar, em que possamos envolver os diferentes agentes educativos.

Aqui outro dos contributos da supervisão diz respeito à articulação entre conhecimento teórico e à aplicação prática. Quando temos um olhar e uma observação crítica sobre práticas de mediação, estamos a permitir essa articulação entre a teoria e o desenvolvimento das práticas de mediação de um modo bastante articulado de um modo reflexivo e que contribua para a transformação dos contextos das próprias pessoas e dos contextos em que desenvolvem a sua ação. É de valorizar aqui o trabalho em rede com a Comunidade dado que a supervisão pedagógica, ao permitir que o próprio professor possa desenvolver um trabalho em rede com outros colegas, com alunos e com outros agentes da Comunidade, está a contribuir para o desenvolvimento humano e o desenvolvimento comunitário.

A mediação escolar pode ser vista aqui como expressão da própria pedagogia da dignidade, que é um conceito que Mario Viché, Nerea Hernaiz e eu, na obra que publicámos em dois mil e vinte e quatro (Madureira et al., 2024), entendemos como sendo um dos caminhos possíveis para a construção de uma sociedade convivial. Termos em conta e respeitarmos a dignidade de todos e cada um dos agentes educativos, e, portanto, aqui reconhecermos o valor intrínseco que cada um de nós tem, independentemente das nossas características das circunstâncias que possamos estar a vivenciar é cada vez mais urgente nas escolas. Termos a preocupação com este respeito mútuo, no sentido de estarmos atentos às diferenças, estarmos atentos à multiculturalidade que temos em contexto escolar, promovendo efetivamente espaços de comunicação onde todas as vozes possam ser ouvidas possam ser valorizadas e em que nos preocupemos com o envolvimento de todos e cada um dos atores educativos, porque, para que a escola seja efetivamente inclusiva, temos que promover a participação de todos e cada um dos agentes educativos, de modo a contribuirmos para um ambiente que pretende que seja cada vez mais digno. Cada vez mais humanizador.

Relativamente às estratégias de supervisão e a articulação entre a escola e a universidade, é importante refletirmos sobre algumas estratégias de supervisão que podem promover a articulação entre a escola e a universidade, alguns projetos de investigação colaborativa, e vamos assistir hoje aqui, à apresentação, pelo menos de um projeto que se enquadra neste domínio, em que se desenvolve um projeto conjunto no sentido de responder a determinadas necessidades que os próprios contextos escolares apresentam. E aqui importa valorizar este trabalho colaborativo. Esta abertura da universidade às escolas e das escolas à universidade no sentido de, colaborativamente, desenvolverem projetos de investigação que contribuam para uma melhoria e transformação das práticas, numa reflexão conjunta, criando comunidades de prática. Podemos criar espaços que permitam efetivamente essa partilha e reflexão entre profissionais da própria escola e profissionais da universidade, uma vez que quem está nas escolas tem uma visão muito mais prática da realidade, conhece o terreno, conhece a realidade. Conhece os desafios que se sentem no dia a dia no sentido de contribuir para uma escola mais democrática, mais intercultural, mais inclusiva, e um professor e um investigador da universidade têm aqui um olhar mais teórico sobre essa mesma realidade. Vai ajudar a desconstruir alguns aspetos que surgem no nosso quotidiano e, portanto, assumo aqui um papel muito importante no desenvolvimento de comunidades de prática profissional.

Os estágios supervisionados emergem como outras estratégias que podem ser desenvolvidas no sentido de se promover uma supervisão partilhada em que nós vamos ter a oportunidade de acompanhar a formação de futuros professores em contexto real de trabalho nos estágios que vão realizar na prática pedagógica que vão realizando ao longo dos anos, do desenvolvimento do curso, sempre no sentido de contribuir para uma melhoria para que possam refletir sobre a arte de ser professor, refletir sobre os desafios que vão sentindo no exercício da atividade docente. E, portanto, esta reflexão conjunta partilhada é muito importante assim como a formação contínua, uma vez que permitem o desenvolvimento de programas formativos que articulem tal conhecimento académico com os desafios que os próprios professores e que os educadores sentem no exercício da sua prática docente.

Flávia Vieira apresentou várias estratégias de supervisão, mas vou centrar-me sobretudo numa delas, que se articula e se desenvolve em conjunto com outras. Não se trata de uma estratégia isolada; sozinha, não seria possível alcançar os seus objetivos. Refiro-me à investigação-ação, uma prática que todos nós, no exercício da docência, realizamos naturalmente: investigar, refletir e agir sobre as nossas próprias práticas para transformá-las, melhorá-las e autorregulá-las.

Escolhi destacar esta estratégia porque considero que é uma das modalidades de supervisão mais horizontais e colaborativas, permitindo efetivamente um trabalho ideológico e reflexivo, que fortalece a prática docente e promove a co construção de conhecimento.

Esta relação interpessoal entre os educadores permite um questionamento constante sobre a forma como desenvolvemos a nossa prática docente. Ela cruza-se com a pedagogia da pergunta, proposta por Paulo Freire, que nos incentiva a refletir continuamente sobre os caminhos da nossa ação, com o objetivo de transformá-la e contribuir para o nosso desenvolvimento profissional. Todo este processo está enquadrado num paradigma educativo crítico, emancipatório e transformador, que visa não apenas a emancipação do indivíduo, mas também a melhoria dos contextos nos quais interagimos. A metodologia segue uma espiral reflexiva: primeiro, observamos e recolhemos informações sistematicamente sobre a prática em curso; em seguida, refletimos sobre essas ações, permitindo ajustes e melhorias contínuas. Essa reflexão não se limita ao desenvolvimento da ação em si, mas estende-se a todo o processo educativo, fortalecendo a capacidade crítica e transformadora do docente.

A reflexão sobre a prática docente deve ocorrer antes, durante e após a ação. Antes da ação, permite planificar estratégias, antecipar desafios e preparar intervenções mais eficazes. Durante a ação, possibilita ajustes em tempo real, adaptando práticas conforme as necessidades do contexto e das aprendizagens. Após a ação, promove a análise crítica do que foi realizado, identificando pontos fortes, oportunidades de melhoria e consolidando aprendizagens para futuras práticas. Por isso, este processo desenvolve-se em espiral reflexiva: estamos constantemente a analisar, avaliar e repensar a nossa atuação, promovendo uma melhoria contínua. O objetivo principal desta abordagem é facilitar a planificação e o desenho de estratégias que contribuam para a melhoria das práticas nos centros escolares, garantindo a sua implementação eficaz. Uma vez definidas, essas estratégias permitem continuar a observar e refletir sobre o desenvolvimento da prática docente.

Nesta comunicação, podemos identificar três grandes eixos:

1. Mediação escolar: O objetivo central da mediação é promover a escuta ativa e a convivência democrática numa escola cada vez mais multicultural, inclusiva e quês e deseja ser intercultural. A mediação baseia-se na pedagogia da dignidade, que sustenta relações humanas éticas na escola. Pretende-se desenvolver em todos os agentes educativos a capacidade de aceitar, respeitar, valorizar e compreender o outro, reconhecendo a dignidade de cada pessoa. Isso envolve partilhar experiências e conhecer a perspetiva dos outros sobre o mundo.

2. Investigação-ação como estratégia de supervisão: A investigação-ação oferece uma abordagem flexível que contribui para a melhoria e transformação das práticas docentes. Permite que os professores se tornem investigadores das suas próprias práticas, promovendo autonomia, reflexão crítica e capacidade de transformação. A integração da mediação com a supervisão pedagógica fortalece o desenvolvimento docente e melhora as práticas educativas.

3. Articulação com a universidade e impacto social: A colaboração com instituições universitárias impulsiona práticas mais reflexivas, colaborativas e inclusivas, promovendo a coconstrução de uma sociedade intercultural, convivial e educada para a paz e harmonia. A investigação-ação articula a prática docente com a realidade social, tornando o processo colaborativo e emancipatório.

Além disso, procurou-se compreender a realidade das diferentes comunidades escolares, promovendo uma ação mediadora ética e consciente, articulada com a construção ética da profissão docente.

Por fim, a supervisão pedagógica funciona como um motor para a consolidação de uma escola democrática, intercultural e inclusiva. Integrada com a mediação escolar e a investigação-ação, permite criar espaços de escuta, construção coletiva e desenvolvimento de um projeto educativo que respeita a dignidade, os valores e os ideais de cada pessoa, reconhecendo a diversidade e atuando com justiça.

Referências

Alarcão, I., & Tavares, J. (2003). *Supervisão da Prática Pedagógica - Uma Perspectiva de Desenvolvimento e Aprendizagem*. Almedina.

Freire, P. (1974). *Pedagogia do Oprimido*. Editora Paz e Terra.

Freire, P. (2006). *Pedagogia da Autonomia. Saberes necessários à prática Educativa*. Editora Paz e Terra.

Freire, P. (1987). *Educação como prática para a liberdade*. Edições Paz e Terra.

Madureira, C., Viché, M., & Hernaiz, N. (2024). *Pedagogía de la Dignidade*. Actuem Llibres.

UNESCO. (2022). Reimaginar os nossos futuros juntos: um novo contrato social para a educação. UNESCO.

Vieira, F. (2009). Para uma visão transformadora da supervisão pedagógica. *Educação & Sociedade, 30*(106), 197-217. https://hdl.handle.net/1822/49428

3

MEDIAÇÃO ESCOLAR

MEDIAÇÃO ESCOLAR

Elisabete Pinto da Costa
Investigadora do Projeto
Universidade Lusófona
CeiED - Centro de Estudos Interdisciplinares em Educação e Desenvolvimento

A compreensão da mediação escolar implica uma leitura aprofundada da configuração da escola contemporânea, marcada pela massificação da escolaridade, pela diversidade sociocultural crescente e pelas exigências de inclusão que colocam a instituição educativa no centro das tensões sociais atuais. A escola deixou de ser um espaço homogéneo para se tornar um microcosmo onde convergem desigualdades, expectativas e conflitos, convocando os professores para uma atuação que ultrapassa a lógica instrucionista e exige competências orientadas para a convivência democrática, a cidadania e a formação integral dos alunos.

Neste cenário, torna-se evidente a necessidade de apoiar os docentes na construção de um repertório profissional que permita uma ação reflexiva e sustentada. A formação ao longo da vida e a supervisão pedagógica assumem um papel central ao favorecer a análise crítica da prática, a interpretação da complexidade dos contextos e a gestão das tensões do quotidiano escolar. É neste quadro que a mediação emerge como resposta consistente aos desafios relacionais da escola atual, articulando-se com a missão de garantir o direito à aprendizagem, a equidade e o respeito pela dignidade de cada aluno (Pinto da Costa & Sá, 2019).

Tradicionalmente reconhecida como um processo voluntário de negociação facilitado por um terceiro imparcial, a mediação procura promover o diálogo entre partes em divergência e favorecer a construção conjunta de soluções. Contudo, em contexto educativo, esta definição é insuficiente para captar a densidade pedagógica e relacional que adquire na vida escolar. Mais do que um mecanismo de resolução cooperativa de conflitos, a mediação transforma-se numa prática formativa que reconfigura a organização das relações, a participação dos alunos e os modos de convivência que estruturam a cultura escolar. Promove escuta ativa, clarificação de expectativas, reconhecimento da alteridade e responsabilização ética, contribuindo para ambientes educativos mais colaborativos, inclusivos e democraticamente orientados.

Numa aceção ampliada, a mediação assume ainda uma dimensão educativa e cultural. Ao favorecer a construção de vínculos e a consciência do impacto das ações, torna-se um dispositivo formativo que desenvolve competências socioemocionais e alimenta um ethos de convivência. Esta perspetiva evidencia que a mediação é atravessada por questões éticas, políticas e pedagógicas, integrando-se na missão maior da educação: formar sujeitos capazes de viver com os outros em contextos plurais e socialmente complexos.

Assim compreendida, a mediação escolar cruza e reconfigura a própria relação pedagógica. Manifesta-se na forma como o professor gere interações, organiza a participação, negocia regras e reconhece o conflito como oportunidade de aprendizagem. Enquanto dispositivo estruturante, favorece uma cultura de diálogo que se estende à organização escolar, influenciando o clima institucional, as relações entre pares e a articulação com as famílias e a comunidade.

Os professores e as escolas que incorporam a mediação valorizam processos colaborativos de tomada de decisão, privilegiam respostas restaurativas em detrimento de abordagens sancionatórias e promovem competências de cidadania através de experiências concretas de participação e corresponsabilidade. A mediação contribui, assim, para consolidar escolas mais democráticas e inclusivas, alinhadas com o princípio de *aprender a viver juntos* (UNESCO, 2002).

A presença da mediação no contexto escolar implica igualmente uma reconfiguração da profissionalidade docente. O professor deixa de assumir predominantemente uma posição transmissiva para desempenhar uma função marcada pela gestão das relações, pela leitura de contextos complexos e pela negociação de interesses diversos. Este processo exige competências que se constroem ao longo da carreira e que se ancoram numa conceção de desenvolvimento profissional contínuo. A formação em mediação, integrada na formação contínua, constitui uma via privilegiada para fortalecer atitudes de abertura ao diálogo, valorização da voz dos alunos e reconhecimento da dimensão relacional da aprendizagem (Costa & Pinto da Costa, 2022).

A supervisão pedagógica surge como eixo complementar, oferecendo um espaço de análise crítica da prática que favorece a partilha de experiências e a construção de saberes a partir de situações de conflito e convivência. Em dispositivos de supervisão colaborativa, os docentes podem revisitar episódios, explorar alternativas de intervenção e interrogar decisões, construindo uma postura mais reflexiva e eticamente sustentada.

A articulação entre formação contínua, supervisão e mediação contribui para uma profissionalidade que integra, de forma coerente, saber científico, prático e relacional. A mediação pode ser entendida como núcleo desta ecologia profissional ao articular a dimensão ética da docência com as suas dimensões pedagógica e organizacional. Através das competências de mediação, os professores cuidam das relações, criam condições de participação e promovem o desenvolvimento integral dos alunos (Pinto da Costa & Costa, 2020).

Assim, concebida como dispositivo pedagógico e relacional, a mediação escolar oferece uma chave de leitura fecunda para compreender e transformar a escola atual e os desafios da profissão docente. Ao deslocar o foco de abordagens punitivas para práticas centradas no diálogo, na escuta e na corresponsabilidade, a mediação afirma-se no coração da missão educativa. Permite trabalhar o conflito como oportunidade de aprendizagem, valorizar as relações como objeto de cuidado e promover a convivência como eixo estruturante da vida escolar. Ao integrar saberes técnicos, éticos e reflexivos, reforça uma profissionalidade docente atenta às dimensões relacionais da educação, aproximando a escola do ideal de comunidade aprendente, onde teoria e prática se interligam e onde o trabalho colaborativo constitui condição essencial para a qualidade educativa.

Referências

Costa, I., & Costa, E. P. (2022). O professor como educador para a convivência: contributos da formação em mediação. *Brazilian Journal of Education, Technology and Society, 15*(1), 164–173. https://doi.org/10.14571/brajets.v15.n1.164-173

Pinto da Costa, E., & Costa, I. (2020). Formação contínua de professores em mediação de conflitos: motivações e avaliação. In Oliveira e Sá et al (Eds), *Investigação Qualitativa em Educação: Avanços e Desafios (*pp. 366–377). NTQR.

Pinto da Costa, E., & Sá, S. (2019). Teacher Narratives on the Practice of Conflict Mediation. In A. Costa, L. Reis, & A. Moreira (Eds.), *Computer Supported Qualitative Research* (pp. 156–169). Springer.

UNESCO (2002). A*prender a viver juntos: educação para a integração da diversidade*. Brasília. https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000127147.locale=en.

FORMAR PARA MEDIAR: A MEDIAÇÃO ESCOLAR COMO CAMINHO DE TRANSFORMAÇÃO DA PRÁTICA DOCENTE

Márcia Aguiar

Universidade Lusófona
Instituto de Mediação

FORMAR PARA MEDIAR: A MEDIAÇÃO ESCOLAR COMO CAMINHO DE TRANSFORMAÇÃO DA PRÁTICA DOCENTE

Márcia Aguiar
Universidade Lusófona
Instituto de Mediação

A intervenção na área da mediação permite abrir espaço à formação de professores no próprio contexto escolar. Costumo dizer que sou mediadora porque acredito que os conflitos não nos afastam, revelam-nos. Revelam quem somos enquanto pessoas e mostram-nos oportunidades de crescimento e desenvolvimento. É precisamente aí, no reconhecimento do conflito como oportunidade, que considero começar a verdadeira educação. A mediação é, para mim, o lugar onde a educação reencontra a humanidade. Num contexto cada vez mais marcado pela indisciplina e pela violência, a mediação representa uma esperança. Não atua isoladamente, mas é mais uma metodologia ao serviço da paz, da harmonia e da convivência pacífica. É, portanto, uma abordagem que merece a nossa atenção e a sua promoção em toda a comunidade educativa.

Gostava de vos convidar a imaginar uma situação que, provavelmente, já viveram ou presenciaram: um aluno que sai da sala batendo a porta, outro que insulta um colega ou, por vezes, o próprio professor. Um grupo que se recusa a trabalhar... Nessas situações, a primeira reação costuma ser o controlo: aplicar uma sanção, impor o silêncio. Mas e se, em vez disso, transformássemos esse momento num convite ao diálogo? E se olhássemos para o comportamento como um pedido de ajuda? É aqui que entra a mediação. É por situações como estas que acredito que não basta ensinar conteúdos, é preciso ensinar a viver juntos.

O papel do professor envolve também essa dimensão: facilitar a convivência diária entre alunos. Se não houver alguém que oriente e apoie esse processo, as relações podem rapidamente degradar-se, refletindo-se em comportamentos de indisciplina e violência.

O presente texto corresponde à transcrição editada do texto oral da conferência apresentada no webinar com apoio de diapositivos.

Os conflitos estão presentes em todas as escolas. Fazem parte da condição humana e das interações sociais. No entanto, a formação inicial dos professores raramente contempla o tema da gestão construtiva de conflitos ou, quando o faz, não o aborda de forma ajustada à realidade prática da sala de aula. Nas últimas décadas, têm surgido mais formações e capacitações na área, mas a verdade é que, durante muito tempo, os docentes não foram preparados para lidar com os conflitos de forma construtiva. Esta ausência de preparação não se limita à profissão docente: reflete uma perceção social generalizada do conflito como algo negativo, que deve ser evitado a todo o custo. A mediação oferece uma perspetiva diferente. Quando o conflito é visto apenas como algo mau, instala-se um sentimento de impotência. Surge o desgaste emocional e prevalecem respostas reativas ou punitivas, em vez de preventivas e pedagógicas. A mediação escolar, pelo contrário, propõe uma abordagem transformadora e diferenciadora, que entende o conflito como uma oportunidade de crescimento pessoal e coletivo.

Formar professores em mediação não é apenas ensinar técnicas de resolução de conflitos. É promover uma nova forma de estar em educação: mais empática, inclusiva e relacional. É preparar profissionais capazes de construir uma convivência mais pacífica e de exercer uma pedagogia centrada na escuta, na compreensão e na corresponsabilidade.

O modelo integrado de mediação é de extrema importância no contexto escolar. Isto não significa que, na escola, não haja lugar para a punição. A mediação não a exclui, reconhece que existem situações em que ela é necessária, mas defende que a punição não deve ser a primeira resposta. Em muitos casos, pode até nem ser necessária. Quando tiver de acontecer, que aconteça; mas que não seja a reação imediata.

A mediação, seja formal ou informal, baseia-se em técnicas e estratégias ao serviço do apaziguamento de conflitos, tanto na sala de aula como noutros espaços da escola. É na sala de aula, onde os professores passam a maior parte do seu tempo, que o impacto se torna mais visível: a mediação ajuda a gerir emocionalmente o grupo, promovendo um ambiente mais harmonioso e colaborativo. A mediação bebe de diversas áreas do conhecimento: da psicologia, da pedagogia, da comunicação e até da filosofia, mas aplica os seus princípios a situações muito concretas. Quando os professores estão preparados para lidar com os conflitos de forma diferenciadora e positiva, essa mudança de postura reflete-se na gestão emocional de todos os contextos da vida escolar.

O professor torna-se, então, um mediador educativo. O seu papel não se limita a intervir quando há conflito, mas traduz-se numa postura educativa permanente.

Como defendem Silva (2007), trata-se de adotar uma atitude que promova a escuta ativa, o reconhecimento, o vínculo e a regulação emocional. Nas formações que tenho facilitado, uma das transformações mais evidentes é precisamente esta: os professores passam a ver o conflito não como uma falha, mas como uma oportunidade educativa. Antes, reagiam com punição; agora, recorrem ao diálogo, à negociação e aos círculos de escuta, envolvendo os alunos na construção de soluções. A mediação transforma o fazer pedagógico, o qual deixa de ser apenas uma prática de ensino e torna-se uma forma de ser e de estar na relação educativa.

Recordo o caso partilhado por um professor numa das formações. Durante uma aula em que os alunos estavam especialmente agitados, ele decidiu criar um momento de escuta, procurando compreender o que estava na origem do comportamento. Ao ouvir um dos alunos, descobriu que aquele e outros comportamentos anteriores eram consequência de uma situação familiar difícil. Esse momento de escuta abriu caminho ao vínculo. A partir daí, criaram-se pontes de comunicação; o aluno passou a sentir-se visto e ouvido e a mudança no seu comportamento acompanhou a mudança de perspetiva do próprio professor.

O professor mediador, naturalmente, não resolve todos os problemas. A sua função não é "resolver por todos e para todos", mas facilitar a construção das soluções. Gosto de utilizar a expressão: "O mediador é um parteiro de soluções". O professor mediador também o é - um parteiro de soluções -, porque quem tem de fazer nascer a solução são os próprios mediados. No caso dos alunos, são eles que precisam de descobrir e propor caminhos para resolver os seus conflitos. O professor, nesse processo, é um semeador de pontes: não impõe, mas facilita a descoberta.

Felizmente, têm surgido cada vez mais estudos e projetos dedicados à mediação e à formação de professores nesta área, com resultados observáveis e consistentes. Entre os impactos mais recorrentes destacam-se:

- Melhoria da comunicação e do clima relacional nas escolas.
- Redução da frequência e intensidade dos conflitos.
- Aumento da autonomia e da responsabilidade dos alunos.
- Fortalecimento do sentido de pertença e da coesão da turma.

Maior segurança emocional e autoconfiança dos professores.

Estes resultados têm sido visíveis em múltiplos contextos. Recordo o caso de uma escola onde foi implementado um programa de mediação em contexto de sala de aula. A professora descrevia a turma como particularmente difícil, mas, após algumas semanas de trabalho concertado, aplicando ferramentas de comunicação, círculos de diálogo e práticas de escuta ativa, observou-se uma diminuição significativa das queixas entre os alunos e uma melhor gestão dos pequenos conflitos.

Noutra escola, com um projeto de mediação já consolidado há seis anos, os alunos procuram espontaneamente o gabinete de mediação. A cultura de diálogo está enraizada. Os professores, por sua vez, sentem-se capacitados para resolver situações no seu próprio espaço de sala de aula, mas também reconhecem quando o conflito ultrapassa a sua esfera de atuação e deve ser encaminhado para o gabinete de mediação.

A formação, portanto, tem impacto direto na ação pedagógica, mas também produz efeitos dominó: mesmo os professores que não assumem formalmente o papel de mediadores passam a reconhecer o valor da mediação e a encaminhar alunos com mais sensibilidade e discernimento.

Apesar dos inúmeros resultados positivos, a implementação da mediação escolar não está isenta de desafios. Entre os obstáculos mais frequentemente referidos destacam-se:

- A resistência de alguns professores e das estruturas hierárquicas da escola.
- A perceção de falta de tempo para o diálogo.
- A fragmentação entre teoria e prática.
- E, por vezes, a ausência de apoio institucional sustentado.

Uma das resistências mais comuns manifesta-se através da ideia de que “não há tempo para dialogar com os alunos”. É uma perceção compreensível, sobretudo, quando o ritmo escolar é acelerado e a carga administrativa é elevada. No entanto, a questão que coloco frequentemente é: “Não haverá tempo para o diálogo, mas haverá tempo para lidar com os conflitos quando estes escalam?”.

Na verdade, o tempo investido no diálogo e na escuta reduz significativamente o tempo despendido, posteriormente, a resolver situações de conflito mais complexas. A mediação poupa tempo e energia emocional, precisamente, porque atua na prevenção.

Outro desafio prende-se com a fragmentação entre teoria e prática, especialmente no caso da mediação formal. O quotidiano escolar é exigente, com ritmos rápidos e pouco espaço para momentos estruturados. No entanto, a experiência demonstra que a mediação informal - aquela que ocorre espontaneamente, no contexto da sala de aula, do recreio ou de uma conversa entre pares - pode produzir resultados tão significativos quanto a mediação formal, desde que exista intencionalidade educativa e consistência. Idealmente, ambas devem coexistir:

- A mediação formal, com o seu processo estruturado, guiões e tempos definidos.
- E a mediação informal, integrada na rotina e nas relações diárias, como parte da cultura escolar.

Por fim, a falta de apoio institucional continuado é outro fator crítico. Há direções escolares que investem em formação e projetos de mediação, mas, com mudanças de liderança, a continuidade do trabalho nem sempre é garantida. A sustentabilidade de uma cultura de mediação requer compromisso institucional, visão de longo prazo e integração no projeto educativo da escola.

A mediação deve ser entendida não apenas como uma prática relacional, mas como um eixo de melhoria da qualidade educativa. Promove a justiça relacional e a cultura de diálogo, posicionando-se como uma estratégia de desenvolvimento escolar. Quando os professores são formados em mediação, contribuem para a construção de uma escola mais justa, dialogante e participativa. É esta dimensão de justiça relacional, que se opõe à lógica exclusivamente punitiva, que verdadeiramente transforma o ambiente educativo. Educar passa a significar reparar relações, criar pontes de comunicação e legitimar emoções.

Quantas vezes se ouve dizer a um aluno “não faças uma fita” ou “não exageres”? A mediação convida a uma perspetiva diferente: reconhecer o que o aluno sente, sem desvalorizar. A legitimidade emocional é um dos pilares desta abordagem. Não se trata de reforçar comportamentos disruptivos, mas de ensinar a lidar com as emoções de forma positiva e construtiva. Ao fazê-lo, reparamos relações e tornamos a convivência um projeto coletivo. Se, em vez de vermos os regulamentos apenas como instrumentos normativos, os considerássemos como projetos de convivência, toda a comunidade escolar sairia a ganhar: alunos, professores, assistentes operacionais, técnicos e famílias.

Com base na experiência acumulada em programas e oficinas de formação, destaco algumas recomendações essenciais para o desenvolvimento de competências de mediação em professores:

- Formar a partir da experiência, trabalhando situações reais vividas pelos docentes.
- Promover vivências práticas e a reflexão crítica sobre essas experiências.
- Articular a formação com o projeto educativo e a cultura da escola, garantindo coerência e aplicabilidade.
- Desenvolver competências de escuta e comunicação não violenta.
- Integrar a mediação na identidade profissional docente e não tratá-la como uma competência acessória.

Acredito profundamente que a mediação não é um complemento, mas sim uma dimensão estruturante da profissão docente. Educar é, também, mediar. É construir relação, promover empatia e restaurar vínculos. Num tempo em que as escolas enfrentam tantos desafios de convivência e desmotivação, a mediação surge como uma necessidade ética e educativa, não como uma moda passageira.

No âmbito do projeto MedMSE - Mediação para a Melhoria Socioeducativa Escolar, temos vindo a desenvolver um programa de formação em Mediação e Gestão de Conflitos, direcionado a docentes e técnicos das escolas. Este programa tem como principal objetivo potenciar a mediação como eixo de melhoria escolar, articulando teoria e prática e promovendo uma cultura de convivência pacífica. A formação está organizada em módulos sequenciais, que se constroem uns sobre os outros e integram uma abordagem oficinal e experiencial, baseada na prática e na reflexão crítica.

Estrutura do Programa de Formação

Módulo 1. Fenómenos Perturbadores da Convivência Escolar

Neste primeiro módulo, exploram-se as principais causas da conflitualidade no contexto escolar, incluindo a indisciplina, a violência e os problemas de convivência. Parte-se de uma base teórica, mas com foco na reflexão e problematização, seguindo o pensamento de Paulo Freire: mais do que transmitir conceitos, procura-se envolver os professores na análise crítica das suas próprias realidades. A escola é entendida como um espaço de socialização que exige gestão de relações e é a partir dessa consciência que o processo formativo se inicia.

Módulo 2. Métodos de Gestão e Resolução de Conflitos
Neste módulo, apresentam-se diferentes estilos de resolução de conflitos, como a competição, o compromisso e a acomodação e são introduzidos modelos integrativos que privilegiam a abordagem transformativa e construtivam - aquela em que todos ganham. O foco está sempre na solução partilhada, na comunicação empática e na corresponsabilidade entre os intervenientes.

Módulo 3. Comunicação Eficaz
Este módulo é dedicado ao desenvolvimento de competências de comunicação, fundamentais para a prevenção e resolução de conflitos. Trabalham-se técnicas verbais e não verbais, tais como a assertividade, a empatia, a linguagem branqueadora e as chamadas "doze respostas típicas" que funcionam como obstáculos à comunicação. São apresentadas estratégias concretas e praticadas em sessão, para que os participantes possam transferi-las diretamente para a sua realidade pedagógica.

Módulo 4. Gestão de Conflitos e Comportamento na Sala de Aula
Neste módulo, analisa-se o papel do professor na gestão de comportamentos desafiantes, promovendo um ambiente relacional positivo. Integram-se as estratégias de comunicação já trabalhadas e exploram-se práticas restaurativas adaptáveis ao contexto da sala de aula, articulando o trabalho de mediação com a intervenção educativa e pedagógica.

Módulo 5. Mediação de Conflitos na Escola
A mediação é apresentada como metodologia preventiva, educativa e resolutiva. Não é apenas uma ferramenta para prevenir ou remediar situações, mas uma abordagem pedagógica integral, capaz de transformar a forma como os alunos percebem os conflitos e constroem as suas relações. O foco está em promover autonomia, empatia e corresponsabilidade nos mediados.

Módulo 6. O Mediador na Escola e na Sala de Aula
Aqui, trabalha-se especificamente o papel do mediador, as suas competências, limites de intervenção e condições éticas. É essencial reforçar que a mediação não é uma varinha mágica. Requer persistência, convicção e aprendizagem contínua. Há situações que ultrapassam o campo da mediação, por exemplo, casos de violência grave ou crimes e é fundamental que os professores conheçam esses limites. A formação enfatiza que a mediação é um processo de médio e longo prazo, que exige envolvimento de toda a comunidade educativa para gerar uma verdadeira cultura de paz.

Módulo 7. A Mediação em Ação
O último módulo é inteiramente prático. Apresentam-se as fases do processo de mediação formal, desde a pré-mediação até à construção do acordo, com base em guiões específicos. Os professores simulam casos reais, assumindo, alternadamente, os papéis de mediadores e mediados, para vivenciarem o processo de forma completa.

Por se tratar de uma oficina de formação, o programa inclui, também, dois trabalhos práticos obrigatórios:
1. Criação e aplicação de um plano de aula que integre os princípios da mediação.
2. Realização de um processo de mediação formal com alunos, seguido de reflexão crítica sobre a experiência.

As experiências resultantes destes trabalhos têm sido profundamente ricas e inspiradoras. Entre os exemplos partilhados pelos participantes, destacam-se:

- Um professor de História desenvolveu uma aula sobre Educação para a Paz a partir do tema da Guerra Colonial, articulando o currículo com valores de mediação e convivência.
- Uma professora de Matemática criou uma sessão sobre "Equações e Conflitos", estabelecendo paralelos entre a resolução de equações e a resolução de conflitos. De forma criativa e visual, mostrou que, tal como nas equações, é possível encontrar equilíbrio e soluções justas nas relações humanas.
- Professores de Educação Especial realizaram uma sessão para promover a inclusão de uma aluna com autismo. Trabalharam empatia, comunicação verbal e não verbal e ajudaram os colegas a compreender os comportamentos da aluna, construindo uma ponte de entendimento e aceitação.
- Num agrupamento com turmas de Plano de Inovação Online, marcadas por contextos sociais desafiantes, os professores enfrentaram resistência inicial dos alunos. No entanto, através das técnicas de comunicação trabalhadas na formação e de atividades baseadas no filme "Mentes Perigosas", conseguiram reduzir a hostilidade, criar ligação e estabelecer diálogo genuíno.

Em todos os casos, a aplicação das técnicas de mediação resultou em mudanças observáveis de comportamento, clima emocional e colaboração entre alunos.

Os testemunhos recolhidos ao longo da formação confirmam o impacto transformador do programa:

"Sinto-me mais preparada para lidar com conflitos entre alunos de forma serena, estruturada e pedagógica".
"A formação mudou a minha linguagem com os alunos e levou-me a implementar estratégias de mediação informal que promovem o diálogo e a empatia".
"Inicialmente duvidava da eficácia da mediação, sobretudo com adolescentes em contextos de risco. Hoje reconheço a sua utilidade prática e transformadora".
"A formação foi um exercício de desenvolvimento pessoal e profissional. Aprendi sobre empatia, assertividade e escuta ativa e isso mudou a forma como vejo a minha prática pedagógica".
"A mediação escolar não é apenas uma técnica, mas uma postura ética e relacional, capaz de transformar a escola num espaço mais humanizado e cooperativo".

Um dos testemunhos mais marcantes veio de um professor que trabalha numa escola com cerca de quarenta nacionalidades diferentes. Ele afirmou:

"Percebi que o conflito não é um obstáculo ao ensino, mas uma oportunidade educativa, quando gerido com escuta ativa e intencionalidade pedagógica. Pretendo agora integrar atividades que estimulem o reconhecimento e a valorização da diferença e colaborar na criação de um gabinete de mediação escolar como espaço seguro de diálogo".

A formação de professores em mediação escolar não é uma moda passageira, é uma necessidade educativa e ética, um caminho para reumanizar a escola, valorizar os vínculos e reconhecer o conflito como parte integrante do processo de aprendizagem e convivência. Gosto de deixar sempre uma reflexão final: *Que sementes de mediação podem levar das formações para as vossas salas, escolas e relações? E o que está ao vosso alcance começar a mudar já amanhã? E*ducar é, também, mediar. E cada gesto de escuta, cada diálogo e cada ponte construída aproximam-nos de uma escola mais justa, empática e humana.

Referências

Silva, I. M. (2007). O professor como mediador. *Cadernos De Pedagogia Social*, (1), 117–123. https://doi.org/10.34632/cpedagogiasocial.2007.1918

A Mediação Escolar como Estratégia para a Melhoria Socioeducativa: o exemplo do Projeto MedMSE

Marisa Cunha

Universidade Lusófona
CeiED - Centro de Estudos Interdisciplinares em Educação e Desenvolvimento

A Mediação Escolar como Estratégia para a Melhoria Socioeducativa: o exemplo do Projeto MedMSE

Marisa Cunha
Universidade Lusófona
CeiED - Centro de Estudos Interdisciplinares em Educação e Desenvolvimento

Refletir sobre os contributos da mediação, em especial da mediação escolar, implica compreender de que forma este processo contribui para a dimensão educativa e relacional das instituições e para a resposta aos desafios contemporâneos da sociedade. Atualmente, os desafios sociais que enfrentamos são imensos e a escola, enquanto microcosmo social, não está imune a eles. Diariamente, surgem situações de indisciplina, conflitualidade e, por vezes, violência, às quais se somam os desafios decorrentes da diversidade cultural e da inclusão de comunidades oriundas de diferentes países, línguas e culturas.

Neste contexto, a escola assume um papel fundamental como instituição mediadora, favorecendo não apenas o sucesso escolar, mas também a inclusão e a coesão social. A mediação surge, assim, como uma estratégia educativa e relacional que promove a melhoria pessoal e social dos indivíduos e possibilita novas formas de socialização e reconstrução dos laços.
De forma mais específica, a mediação de conflitos – e, em particular, a mediação escolar – emerge como um processo de promoção da convivência cidadã, orientada por princípios de escuta, diálogo e corresponsabilidade. Enquanto estratégia resolutiva, a mediação atua na reparação de relações fragilizadas, no restabelecimento da confiança e na prevenção de conflitos futuros, através do reconhecimento mútuo das necessidades e interesses dos intervenientes. Diversos estudos científicos e projetos académicos têm demonstrado a eficácia desta abordagem, destacando-se os contributos de autores como Jones (2002), com o seu programa 'whole Program', que integra mediação entre pares, formação de alunos e da restante comunidade educativa com integração curricular e articulação dos diferentes sistemas; Torrego (2006), com o 'Modelo Integrado de Gestão de Convivência' centrado na gestão das normas de convivência e disciplina, na orgânica funcional e curricular da escola e o Faget (2010) com o programa "Whole Aproach" que congrega a mediação entre pares, pelos adultos, escola-família e a mediação restaurativa.

O presente texto corresponde à transcrição editada do texto oral da conferência apresentada no webinar com apoio de diapositivos.

O que defendemos é Whole School Aproach, ou seja, um projetoque existe na escola e que não parte da sala de aula ou das situações de conflito, mas que partindo da escola acaba por chegar também à sala de aula numa perspetiva resolutiva, mas também e sobretudo restaurativa, reparadora, educativa-preventiva.

Neste enquadramento, o Projeto MedMSE – Mediação para a Melhoria Socioeducativa Escolar – constitui uma experiência relevante a partilhar. Desenvolvido pelo Município do Porto em articulação com a Universidade Lusófona do Porto, o projeto envolve três agrupamentos de escolas inseridos em contextos TEIP, caracterizados por vulnerabilidades sociais e desafios significativos. A implementação iniciou-se com uma fase de diagnóstico e sensibilização, envolvendo toda a comunidade educativa – alunos, professores, assistentes operacionais e encarregados de educação – através de ações de sensibilização sobre o conceito e as potencialidades da mediação. Acredita-se que apenas um trabalho colaborativo, sustentado por uma linguagem comum, poderá garantir a integração da mediação como prática educativa, sem excluir o modelo disciplinar, mas articulando-o de modo complementar, como defende Torrego (2006).

O projeto contempla uma componente formativa dirigida a todos os atores escolares. Após a formação, alunos, professores, assistentes operacionais e encarregados de educação são convidados a integrar as Equipas de Mediação Escolar, assumindo um papel ativo na gestão e resolução de conflitos do dia-a-dia. Estas equipas promovem a sustentabilidade das práticas de mediação, não dependendo exclusivamente das mediadoras externas, mas consolidando uma cultura interna de escuta ativa, empatia, acolhimento e comunicação não violenta.

Complementarmente, o projeto desenvolve também atividades temáticas que envolvem toda a comunidade educativa, celebrando datas e valores associados à convivência e à paz. Entre as iniciativas destacam-se o ‘Dia Internacional da Felicidade’, o ‘Dia da Liberdade’ e o ‘Dia Internacional para Vivermos Juntos em Paz’, promovendo a reflexão sobre liberdade, respeito, inclusão e convivência saudável. Estas ações reforçam o papel educativo da mediação enquanto promotora de valores cívicos e humanos. A sexta atividade está relacionada com toda esta avaliação do projeto. Este é um projeto que está desenvolvido até dezembro de 2025 e, portanto, a partir dessa altura, será realizada toda a avaliação e impacto do projeto nestes três agrupamentos.

Através da experiência prática deste projeto e de outras investigações que conhecemos podemos perceber que são vários os benefícios da mediação ao nível do ambiente, da satisfação das necessidades pessoais e profissionais dos envolvidos, na promoção de um ambiente mais tranquilizador, mais apaziguador e positivo.

A mediação é um recurso de apoio, de entreajuda, de construção de pontes e comunicação entre todos; promove a melhoria do ambiente relacional e do clima social geral da escola; a promoção de competências para lidar com as situações de conflito como: a resiliência; a confiança, o autocontrolo, a empatia e, consequentemente, a melhoria dos relacionamentos e crescimento pessoal, contribuindo para uma maior responsabilidade, maior comprometimento e maior companheirismo.

Promove a reflexão dos valores morais para a construção de uma cultura de paz, o reconhecimento mútuo e respeito; o desenvolvimento da autonomia dos protagonistas envolvidos; a redução de situações de indisciplina e violência; fomenta a aceitação das diferenças e a sua integração, o desenvolvimento da assertividade, da emotividade, da autenticidade; a corresponsabilidade, a autonomia e a comunicação não violenta.

Podemos ainda perceber, através dos estudos desenvolvidos por Pinto da Costa et al. (2018), os vários benefícios na formação em Mediação com professores que referem ter adotado “uma abordagem mais atenta, mais confiante, mais tranquila, mais empática e educativa na resolução dos conflitos” (p. 123) e, ao nível da sua relação com os alunos nos diferentes contextos. No caso dos alunos, após a formação em Mediação, estes desenvolvem uma “forma mais construtiva de lidar com os conflitos, domínio do conceito de mediação e apresentam-se mais interventivos na gestão de conflitos” (Pinto da Costa et al., 2018, p. 123).

A prática demonstra que a mediação contribui para o desenvolvimento de competências fundamentais incluídas no Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória. Entre estas, destacam-se o raciocínio e a resolução de problemas com vista à tomada de decisões e à construção de novas estratégias para novas questões; promovem o pensamento crítico e criativo; observar, identificar, dar sentido à informação, pensar de um modo mais abrangente e em profundidade, desenvolver novas ideias, novas soluções.

É exatamente isto que a mediação pressupõe: a criação de espaços de solução imaginativas e inovadoras ao nível do relacionamento interpessoal, promovendo a interação entre todos, o reconhecimento e a expressão das emoções; a cooperação, a partilha, a colaboração, o trabalho em equipa e a procura de soluções de uma forma mais pacífica, mais empática e com sentido crítico e comprometido.

A mediação proporciona um espaço de autorregulação, espírito de iniciativa, tomada de decisão, e uma consciência de nós próprios, tanto a nível emocional como cognitivo, como psicossocial e moral, de forma a estabelecer uma melhor relação connosco próprios, mas também com os outros, naquilo que é uma relação mais harmoniosa e mais salutar. Neste sentido, e também de acordo com aquelas que são as implicações práticas do Perfil do Aluno à Saída da Escolaridade Obrigatória, o professor é desafiado a criar e a inovar as suas próprias práticas pedagógicas. E através da mediação, há um espaço para que isso possa acontecer, criando espaços de comunicação, de interação, de diálogo, de partilha, de definição das próprias condutas/regras dentro da sala de aula.

Em síntese, os projetos de Mediação de conflitos "são um meio essencial para a promoção de valores, princípios, dispositivos e atitudes de uma convivência sã, colaborativa e de cidadania" (Pinto da Costa et al. 2018, p. 124).

A experiência vivenciada no âmbito do Projeto MedMSE confirma que a mediação constitui um espaço de oportunidade e transformação, criando laços, promovendo o entendimento e melhorando as relações entre todos os elementos da comunidade educativa. A solução para os conflitos escolares reside, em última instância, na relação, e a mediação baseia-se precisamente na construção de relações positivas, abertas e transformadoras, que fortalecem a autoestima, a autoconfiança e a convivência saudável nas escolas.

Referências

Pinto da Costa, E., Seijo, J., & Oliveira Martins A. (2018). Mediação Escolar: a análise qualitativa da dimensão interpessoal/social de um projeto de intervenção numa escola TEIP. *Revista Lusófona de Educação, 40*(40), 111-126. https://doi.org/10.24140/issn.1645-7250.rle40.07

Pinto da Costa, E., Seijo, J., & Oliveira Martins, A. (2016). Gabinetes de Mediação de Conflitos: estrutura de pacificação, dinâmica e resultados. In A. M. C. Silva; M. L. Carvalho & L. R. Oliveira (Eds.). S*ustentabilidade da mediação social: processos e práticas* (107-118). CECS - Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade.

Pinto da Costa, E., Seijo, J., Martins, A. O., & Carrington, M. (2016). Avaliação de um projeto de mediação de conflitos em contexto escolar. In *Atas do 5.º Congresso Ibero-Americano em Investigação Qualitativa (CIAIQ2016)* (pp. 525–533).

Torrego, J. C. (2006) (Coord.). *Modelo integrado de mejora de la convivencia. Estrategias de mediación y tratamiento de conflictos*. Graó.

4

PONTOS DE CONTACTO: SUPERVISÃO PEDAGÓGICA E MEDIAÇÃO ESCOLAR

PONTOS DE CONTACTO

Leanete Thomas Dotta
Investigadora do Projeto
Universidade Lusófona
CeiED - Centro de Estudos Interdisciplinares em Educação e Desenvolvimento

ReLeCo "Formação, Profissionalismo e Identidades docentes"

Supervisão pedagógica e mediação escolar convergem num mesmo propósito: qualificar o ensino por meio de práticas colaborativas, reflexivas e socialmente comprometidas. O trabalho conjunto entre escola e universidade consolida a ligação entre formação contínua, observação e reflexão sobre e na prática, e produção de conhecimento, numa lógica de cocriação que envolve investigadores e docentes como autores do processo. Foi esse princípio que estruturou o projeto **Supervisão pedagógica: contributos para a melhoria das práticas de mediação escolar a partir da articulação entre Escola e Universidade**.

No horizonte teórico que orientou o projeto, a Supervisão Pedagógica e a Mediação Escolar partilham um núcleo epistemológico comum: o cultivo de relações interpessoais positivas, o desenvolvimento de competências socioemocionais e a valorização da escuta ativa, do diálogo reflexivo e da análise crítica como instrumentos de convivência ética e melhoria da aprendizagem. A articulação entre supervisão pedagógica e práticas de mediação, sustentada em oportunidades de formação contínua contextualizada, constitui um alicerce para que o professor atue como agente de transformação, desenvolvendo práticas pautadas por equidade, inclusão e cidadania. Deste encontro emergem estratégias inovadoras de desenvolvimento profissional, com foco na autonomia docente, na qualidade do feedback e na regulação coletiva do trabalho pedagógico.

Este enquadramento deu forma a Ação de Curta Duração (ACD), integrada na Tarefa 2 do projeto, estruturada em duas sessões articuladas: a primeira com ênfase na supervisão pedagógica e a segunda na mediação de conflitos. Embora cada sessão enfatizasse uma das temáticas, ambas foram concebidas de modo a evidenciar continuamente a sua interdependência, quer no plano conceptual quer nas implicações práticas em contexto escolar. As discussões e ferramentas exploradas na primeira sessão foram retomadas e ressignificadas na segunda, assegurando coerência formativa e mobilização para a prática.

Os materiais utilizados na ACD (em anexo) serviram como “peças de engenharia” dessa arquitetura formativa. A sua conceção articulou fundamentos pedagógicos e dispositivos práticos para que supervisão pedagógica e a mediação de conflitos se reforçassem mutuamente. Em termos de finalidades, alinharam a compreensão dos princípios que orientam a ação educativa com a clarificação de papéis e responsabilidades no acompanhamento do trabalho docente, alinhada com o Perfil do Aluno à Saída da Escolaridade Obrigatória e com uma conceção de escola orientada para a convivência cidadã. No plano operacional, sustentaram dinâmicas e instrumentos capazes de promover um ciclo contínuo de planificação, observação, devolução e melhorias. Nesta arquitetura, ao mesmo tempo conceptual e prática, formadores e professores reconheceram, experimentaram e avaliaram as potencialidades da mobilização articulada da supervisão pedagógica e da mediação de conflitos na melhoria das práticas e no desenvolvimento profissional.

O compromisso com a disseminação científica e profissional do projeto, sustentou-se no entendimento de que a comunicação de resultados é uma extensão formativa do próprio processo investigativo. Para além de relatar evidências, a disseminação visa transformar conhecimento em recursos de aprendizagem, acessíveis e replicáveis. Privilegiaram-se formatos abertos, a circulação em redes académicas e profissionais e a transferibilidade para contextos diversos, ampliando o impacto e a replicação da experiência. Este enfoque sustenta a validação por pares, a apropriação prática nas escolas e a continuidade geradora de novos ciclos formativos e investigativos, consolidando a relevância pública do projeto e o seu potencial gerador de iniciativas futuras.

PUBLICAÇÕES

SUPERVISÃO PEDAGÓGICA: CONTRIBUTOS PARA A MELHORIA DAS PRÁTICAS DE MEDIAÇÃO ESCOLAR

Martins, A. O., Pinto da Costa, E., & Lima, L. (2024). Supervisão Pedagógica: Contributos para a melhoria das práticas de Mediação Escolar. In: E. P. Costa, A. Silva, A. O. Martins, L. Lima, & C. Madureira, *Mediação e Construção da Convivência e da Paz* (pp. 282-293). Edições Universitárias Lusófonas.

DESENVOLVIMENTO CURRICULAR PARA A GARANTIA DA APRENDIZAGEM DE TODOS: REFLEXÕES EM TORNO DA SUPERVISÃO PEDAGÓGICA

Lima, L. (2025). Desenvolvimento curricular para a garantia da aprendizagem de todos: Reflexões em torno da Supervisão Pedagógica. *Revista Em Aberto, 37*(120), 77-89.

SUPERVISÃO PEDAGÓGICA E MEDIAÇÃO ESCOLAR: CONTRIBUTOS PARA A MELHORIA DAS PRÁTICAS DE MEDIAÇÃO EM CONTEXTO DE ARTICULAÇÃO ENTRE ESCOLA E UNIVERSIDADE

Lima, L., Martins, A. O., Pinto da Costa, E., Silva, E., Chaves, M., & Martelo, V. (2024).Supervisão pedagógica e mediação escolar: contributos para a melhoria das práticas de mediação em contexto de articulação entre Escola e Universidade. In: Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação (Org.), Livro de Resumos do XVII Congresso da Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação (p. 65). EventQualia.

SUPERVISÃO PEDAGÓGICA: CONTRIBUTOS PARA A MELHORIA DAS PRÁTICAS DE MEDIAÇÃO ESCOLAR

Martins, A. O., Pinto da Costa, E., & Lima, L. (2024). Supervisão pedagógica: contributos para a melhoria das práticas de mediação escolar. *In: A. M. C., Silva, & E. P., Costa. (Eds), Livro de Resumos do IX Congresso Internacional para o Estudo da Mediação e do Conflito* (pp. 76-77). CECS.

CONSTRUIR UMA ESCOLA DE FORMA COLABORATIVA: CONTRIBUTOS E DESAFIOS DA ARTICULAÇÃO ESCOLA-UNIVERSIDADE

Martins, A. O. (2024). Construir uma Escola de Forma Colaborativa: Contributos e Desafios da Articulação Escola-Universidade. In Congreso Inernacional CIETE: Experiencias, Tecnología y Educación. Observatorio para la Investigación e Información en Ciencias Sociales -OPIICSde la Universidad de Zaragoza (Espanha), la Universidad del Cauca, la Universidad de la Amazonía y la Fundación FIUDESCO (Colômbia)
[Comunicação Oral]

SUPERVISÃO PEDAGÓGICA E MEDIAÇÃO ESCOLAR: CONTRIBUTOS PARA A MELHORIA DAS PRÁTICAS DE MEDIAÇÃO EM CONTEXTO DE ARTICULAÇÃO ENTRE ESCOLA E UNIVERSIDADE

Martins, A. O., & Lima, L. (2025). Supervisão Pedagógica e Mediação Escolar: Contributos para a melhoria das práticas de Mediação em contexto de articulação entre Escola e Universidade. In II Congreso Internacional Retos de la Educación. Espanha, Grécia, Colômbia, Brasil.
[Comunicação Oral]

IN PRESS



SUPERVISÃO PEDAGÓGICA: CONTRIBUTOS PARA A MELHORIA DAS PRÁTICAS DE MEDIAÇÃO ESCOLAR

Martins, A. O., Lima, L., Pinto da Costa, E., Dotta, L., & Martelo, V. (2026, *in press*). Entre a Escola e a Universidade: Contributos da Supervisão Pedagógica para o desenvolvimento de práticas de Mediação Escolar. In: R. L. Castellanos Vega, A. M. Torres-Reyes, C. H. Bonilla Gutiérrez, & A. *Villa Valencia, Education, innovation, and transformation: contemporary perspectives on artificial intelligence, pedagogical practices, and student development* (pp. 473 - 500). Digicopy FECEM.



THE ARTICULATION BETWEEN PEDAGOGICAL SUPERVISION AND CONFLICT MEDIATION: A CONTINUING PROFESSIONAL DEVELOPMENT EXPERIENCE WITHIN A SCHOOL–UNIVERSITY PARTNERSHIP

Dotta, L., Martins, A. O., Lima, L., & Pinto da Costa, E. (2026, in press). *The Articulation between Pedagogical Supervision and Conflict Mediation: A Continuing Professional Development Experience within a School–University Partnership*. Research in Middle Level Education Online.



TEACHER PROFESSIONAL DEVELOPMENT AND PEDAGOGICAL SUPERVISION: CONTRIBUTIONS TO SCHOOL MEDIATION PRACTICES IN THE CONTEXT OF SCHOOL-UNIVERSITY COLLABORATION. IMPROVING SCHOOLS

Lima, L., Martins, A.O., Pinto da Costa, E., Dotta, L., & Martelo, V. (2026, in press). Teacher Professional Development and Pedagogical Supervision: Contributions to School Mediation practices in the context of School-University collaboration. Improving Schools.

FICHAS DAS AÇÕES DE CURTA DURAÇÃO

AÇÃO DE CURTA DURAÇÃO

Supervisão Pedagógica: Estratégias e Práticas para o Sucesso Educativo

Formadora: Leanete Thomas Dotta
Universidade Lusófona
CeiED - Centro de Estudos Interdisciplinares em Educação e Desenvolvimento

Área de Formação:
Educação

Modalidade:
Ação de Formação de Curta Duração (ACD)

Objetivos:

- Caraterizar e analisar a supervisão numa perspetiva de formação e desenvolvimento profissional
- Analisar as funções do supervisor no desenvolvimento profissional, individual e coletivo
- Apropriar-se de estratégias e instrumentos necessários ao exercício das funções de supervisor

Conteúdos formativos:
1. Supervisão e desenvolvimento profissional
1.1 Influência da supervisão na formação e no desenvolvimento profissional
2. Exercício da supervisão em comunidade educativa
2.1 O papel e as competências do supervisor em comunidade
2.2 Supervisão colaborativa e desenvolvimento docente
2.3 Práticas de supervisão pedagógica transformadoras

Bibliografia de referência
Alarcão, I., & Canha, M. (2013). *Supervisão e colaboração: Uma relação para o desenvolvimento*. Porto Editora.

Alarcão, I., & Roldão, M. C. (2010). *Supervisão. Um contexto de desenvolvimento profissional dos professores* (2ª ed.). Ed. Pedago.

Moreira, M. A. (2015). A supervisão pedagógica como prática de transformação: O lugar das narrativas profissionais. *Revista Eletrónica de Educação, 9,* (3) 48-63.http://dx.doi.org/10.14244/198271991380.

AÇÃO DE CURTA DURAÇÃO

Mediação Escolar: uma Pedagogia para a Promoção das Competências do Perfil do Aluno à Saída da Escolaridade Obrigatória

Formadora: Elisabete Pinto da Costa
Universidade Lusófona
CeiED - Centro de Estudos Interdisciplinares em Educação e Desenvolvimento

Área de Formação:
Educação

Modalidade:
Ação de Formação de Curta Duração (ACD)

Objetivos:

- Compreender o sentido pedagógico da Mediação Escolar
- Perceber a relação ente a Mediação Escolar e os propósitos do Perfil do Aluno à Saída da Escolaridade Obrigatória
- Partilhar práticas pedagógicas de Mediação Escolar

Conteúdos formativos:
1. Enquadrar a Mediação Escolar no paradigma da Educação
2. Re)Conhecer a vertente pedagógica da Mediação Escolar
3. Articular a Mediação Escolar com o Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória
4. Práticas Pedagógicas de Mediação Escolar

Bibliografia de referência
Nóvoa, A. (2019). Os professores e a sua formação num tempo de metamorfose da escola. *Educação & Realidade, 44*(3), 1–15. *https://doi.org/10.1590/2175-623684910S*

Pinto da Costa, E. (2016). *Mediação de conflitos: Construção de um projeto de melhoria de escola.* [Tese de doutoramento, Universidade Lusófona do Porto]. http://hdl.handle.net/10437/7473

Pinto da Costa, E., & Costa, I. (2022). O professor como educador para a convivência: contributos da formação em mediação. *Brazilian Journal of Education, Technology and Society, 15* (1), 164-173. https://doi.org/10.14571/brajets.v15.n1.164-173

Pinto da Costa, E., Turrego, J., Oliveira & Martins, A. (2018). Mediação escolar: a análise qualitativa da dimensão interpessoal/ social de um projeto de intervenção numa escola. *Revista Lusófona de Educação, 40* (40), 111-126. https://doi.org/10.24140/issn.1645-7250.rle40.07

Rodrigues, A. (2019). Análise de necessidades de formação e formação contínua de professores. In M. Alves (Ed.), *O tempo e o espaço da formação contínua de professores: Diagnóstico, processo e perspetivas* (pp. 77–94). Edições Universitárias Lusófona.

Schön, D. (1994). *Le praticien réexif. A la recherche du savoir caché dans l'agir professionnel*. Logiques Editions.

PPT DE SUPORTE À ACD SUPERVISÃO PEDAGÓGICA: ESTRATÉGIAS E PRÁTICAS PARA O SUCESSO EDUCATIVO

UNIVERSIDADE LUSÓFONA — CENTRO UNIVERSITÁRIO PORTO

Ação de Curta Duração

"Supervisão Pedagógica: Estratégias e Práticas para o Sucesso Educativo"

15 de outubro de 2024
Leanete Thomas Dotta



Meme é um termo grego que significa **imitação**.

- **Origem**
  - O conceito de "meme" teria sido criado pelo zoólogo e escritor Richard Dawkins, em 1976, quando escreveu no livro "*The Selfish Gene*" (O Gene Egoísta) que tal como o gene, o meme é uma unidade de informação com capacidade de se multiplicar, através das ideias e informações que se propagam de indivíduo para indivíduo.
  - O primeiro meme a ser utilizado na internet foi provavelmente criado em 1998, por Joshua Schachter, que na época tinha 24 anos e trabalhava no serviço de *weblog* chamado Memepool, onde vários usuários podiam postar links interessantes e compartilhar com as outras pessoas.

Leanete Thomas Dotta



Alguma notas iniciais



- Formação Inicial de Professores, Mestrados, Doutoramentos (Alarcão & Roldão, 2008)
- Controlo hierárquico e/ou de inspeção (Duffy, 1998)
- Em 1960 emerge nos Estados Unidos da América o movimento da supervisão clínica (Goldhammer et al., 1980) sendo vinte anos mas tarde transportado para Portugal por Isabel Alarcão.

Leanete Thomas Dotta

Supervisão e desenvolvimento profissional

- A supervisão remete para a promoção da construção sustentada do desenvolvimento profissional do professor

- **"A supervisão assemelha-se a uma teia, obra-prima de um minúsculo inseto, tecida com habilidade e paciência, ritmada num continuum de beleza e sabedoria"** (Tafoi, 2011, p. 42)



Leanete Thomas Dotta

Supervisão como contexto de desenvolvimento profissional

- A escola como comunidade democrática de aprendizagem;
- Elevado grau de profissionalismo;
- Reflexão e dialogicidade (diálogo e discussão fundamentados);
- Respeito pelos princípios éticos e conceptuais da supervisão: colegialidade na relação supervisiva (entre pares) e articulação entre reflexão profissional e autonomia dos alunos;
- Práticas de desenvolvimento profissional – a experimentação, a reflexão crítica, a observação, a narrativa.

Vieira, F., Moreira, M., Barbosa, I., Paiva, M., & Fernandes, I. (2006). *No Caleidoscópio da Supervisão: Imagens da formação e da pedagogia.* Mangualde: Edições Pedago.

UL-CUP Leanete Thomas Dotta 5

Supervisão como contexto de desenvolvimento profissional

> *"Podemos pensar na supervisão como a cola de uma escola de sucesso. A supervisão é a função que reúne os elementos distintos da eficácia instrucional em ações de toda a escola.* Glickman, Gordon e Ross-Gordon (2017, p.9)

A supervisão é essencial para a qualidade e o sucesso do ensino e aprendizagem, bem como para o desenvolvimento profissional nas escolas.

UL-CUP Leanete Thomas Dotta 6

Quadro Branco – Bull´s eye
Palavras implicadas na SUPERVISÃO

Leanete Thomas Dotta



Leanete Thomas Dotta

SUPERVISÃO

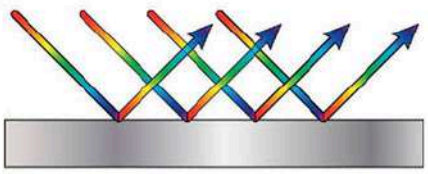
- Uma das grandes dimensões da supervisão é a reflexão em interação sabendo que "ninguém poderá fazer na vez de ninguém" (Alarcão,1991) mas também "dificilmente alguém poderá fazer sozinho" (Sá Chaves 2000:130)
- A colaboração, na divisão de responsabilidades, envolve a mobilização de novos saberes e no envolvimento de todos, concorre para uma construção coletiva e para a mudança de práticas
- Auto-supervisão - uma estratégia que contribui para a autoavaliação e o desenvolvimento profissional do professor.
- Um imperativo que contribui para que os professores interroguem a sua prática e construam formas alternativas de agir. Por sua vez, a **pedagogia da supervisão** implica que cada professor regule criticamente a sua ação.

Leanete Thomas Dotta

REFLEXÃO

- Importante, ***difícil, mal compreendida, assumida com ligeireza***

1. Descrição (observar)
   O que fiz/faço?
2. Interpretação (referenciais)
   Porque fiz/faço?, com que fundamentos?, com que implicações?
3. Confronto (diálogo)
   Poderá ser de outra maneira?
4. Reconstrução (passar do pensamento à ação)
   Como poderei transformar (-me)?



- Refletir desta forma sistemática e sequencial é um processo exigente, que requer vontade e sustentabilidade.
- Em todo este processo, a auto-supervisão é fundamental, mas ela pode ser auxiliada pela hetero-supervisão, nomeadamente na sua modalidade de supervisão em/por pares.

Leanete Thomas Dotta

Sentido regulador da Supervisão

- Os especialistas convergem na macrofinalidade da supervisão moderna, de ajuda especializada ao melhoramento da instrução, da aprendizagem e do currículo, através de ações positivas, dinâmicas, cooperativas e democráticas.
- A supervisão da instrução é um processo complexo que envolve trabalho individual e/ou em grupo com professores e outros educadores, numa relação colegial e colaborativa, para melhorar a qualidade do ensino e da aprendizagem nas escolas, promovendo o desenvolvimento dos professores.

Pawlas, G. & Oliva, P. (2007). *Supervision for Today´s Schools*. 8th edition. Indianapolis: Wiley & Jossey-Bass Éducation.

Nolan, J. & Hoover, L. (2004). *Teacher Supervision and Evaluation. Theory into Practice*. Hoboken: W. Jossey- Bass.

SUPERVISÃO e Desenvolvimento Profissional Docente

- **Interação colaborativa** (Alarcão & Canha, 2013):
  - Instrumento, Processo, Atitude
    - enquadramento num par/grupo
    - intencionalidade da atividade, carácter de projeto
    - compromisso de cada um com a atividade
    - gestão partilhada das tarefas
    - assunção do papel de cada um no par ou grupo
    - gestão dos contributos individuais para a atividade conjunta
    - respeito pela diversidade dos membros
    - fidelidade ao objetivo da atividade comum
    - olhar crítico, implicado, co-construtivo
    - humildade para aceitar críticas e sugestões
    - satisfação no processo e nos resultados
    - reconhecimento do desenvolvimento pessoal e profissional



https://www.youtube.com/watch?v=6fbE52YDEjU

Quem é o Supervisor??



Leanete Thomas Dotta

Os Departamentos Curriculares, como estrutura de coordenação educativa e supervisão pedagógica, foram definidos nos artigos 42º e 43º do Decreto Lei nº 132 de 7 de julho de 2012 - No mesmo normativo é referido ainda que nos Departamentos Curriculares se encontram representados os grupos de recrutamento e áreas disciplinares, coordenados por um docente de carreira detentor de formação especializada nas áreas de supervisão pedagógica, avaliação do desempenho docente ou administração educacional

Leanete Thomas Dotta

Funções do/a Supervisor/a

- Alarcão (1994): o supervisor tem por função estimular, incentivar, orientar e incutir
- Um exercício de síntese sobre o papel do/a supervisor/a
- Informar – deve ser uma pessoa informada e saber partilhar informações relevantes e atualizadas ao seu público-alvo;
- Questionar – na medida em que deve problematizar o saber e as suas experiências já adquiridas, através de interrogações que questionem a realidade observada, tentando encorajar o professor e assumir com ele uma postura reflexiva;
- Sugerir – com base na informação e no questionamento, o supervisor pode partir para a sugestão de ideias, práticas e soluções, motiva e promove a realização de projetos pelos quais o supervisor se responsabiliza juntamente com o professor;
- Encorajar – o supervisor deve investir num relacionamento interpessoal baseado em sugestões que motivem o professor a evoluir e a melhorar as suas práticas educativas, sendo fundamental a afetividade pois influencia de modo significativo o equilíbrio emocional do professor, assim como a sua postura global face ao processo de formação profissional, pessoal e social;
- Avaliar – tendo em conta a importância da avaliação, avaliar a prática pedagógica dos professores deve ser um fator de abertura e clarificação de um fator essencial e imprescindível ao processo de formação profissional, a explicitação de procedimentos de avaliação pelo supervisor e pelo professor constitui, por si só, um fator de abertura e de clarificação de uma função que é imprescindível em qualquer processo de formação profissional



UL-CUP Leanete Thomas Dotta 15

Supervisor/a

- Promover
- **O Autoconhecimento**
- **A Autoregulação**
- **A Autosupervisão**

UL-CUP Leanete Thomas Dotta 16

Supervisão Relâmpago com Vídeo

- Objetivo: Analisar uma situação pedagógica em vídeo e praticar supervisão pedagógica com foco em tempo limitado.

- Escritores da Liberdade:
- https://www.youtube.com/watch?v=qh3PofqHSDk
- A voz do coração:
- https://www.youtube.com/watch?v=zLhhirPrp8c
- Entre os muros da escola
- https://www.youtube.com/watch?v=YQ0r6jv-q9U
- Sobre inclusão
- https://www.youtube.com/watch?v=qVHPy7Np9rE
- Como estrelas na terra
- https://www.youtube.com/watch?v=qGHpHd-wUPg

Leanete Thomas Dotta

Fantasmas da Supervisão
Alarcão, 2020

- **Avaliação**. Vem avaliar-me.
- **Superioridade**. Vem mandar em mim.
- **Ameaça**. Vem intrometer-se no meu espaço de aula.
- **Respeitabilidade**. Ele/ela não é melhor professor/a do que eu sou.
- **Descrédito**. Uma observação prova alguma coisa?
- **Privacidade**. Vem intrometer-se no meu "ser".
- **Desconfiança.** Quer mesmo ajudar-me?
- **Mais-valia**. Para que me serve isto?



Supervisores

- **Intromissão.** Será que estou a ferir?
- **Justiça.** Estarei a ser justo/a?
- **Competência.** Domino o assunto e o contexto?
- **Formação.** Não sei como fazer supervisão!

Leanete Thomas Dotta

"Exorcizar os Fantasmas"

- **Objetivo:** Explorar e desconstruir os preconceitos em torno da supervisão pedagógica, transformando "fantasmas" em oportunidades de crescimento.

1. **Distribuição de cartões (Fantasmas):**
   - O facilitador distribui virtualmente cartões com os "fantasmas" da supervisão, identificados por Isabel Alarcão (ex.: "ameaça", "superioridade"). Os participantes refletem sobre um momento em que se sentiram assim numa supervisão.
2. **Discussão em pequenos grupos (Breakout Rooms):**
   - Em *breakout rooms*, os participantes partilham as suas experiências sobre como o "fantasma" afetou a sua prática docente e discutem se conseguiram superá-lo.
3. **Reescrita dos fantasmas:**
   - Cada grupo, após discutir, reescreve o fantasma, transformando-o em algo positivo (ex.: "ameaça" transforma-se em "oportunidade para aprender").

Partilha em plenário:

- O facilitador organiza uma partilha geral, onde os grupos apresentam as suas novas versões dos fantasmas e discutem como a supervisão pode ser uma oportunidade de crescimento colaborativo.

Leanete Thomas Dotta

Dinâmica do "Barco à Deriva"

- **Objetivo**: Explorar as funções da supervisão pedagógica de forma lúdica e metafórica.
- **Duração:** 25-30 minutos

1. **Divisão de grupos em Breakout Rooms:**
   - Os participantes são divididos em grupos de 4-5 pessoas e enviados para *breakout rooms* no Zoom. O cenário fictício é explicado: "Vocês estão num barco à deriva (uma sala de aula com desafios)".
2. **Escolha dos instrumentos de supervisão:**
   - Cada grupo deve escolher uma estratégias de supervisão que trariam para o barco
3. **Discussão no grupo:**
   - Os grupos discutem, em 10 minutos, como esses instrumentos os ajudariam a "navegar" os desafios pedagógicos.
4. **Apresentação e reflexão:**
   - Cada grupo retorna à sala principal para partilhar os seus instrumentos e justificar a escolha. O facilitador conduz uma reflexão sobre como esses elementos podem ser úteis em situações pedagógicas reais.

Leanete Thomas Dotta

História Colaborativa

- **Objetivo:** Criar uma história colaborativa sobre supervisão pedagógica usando o quadro branco

1. **Criação da história em grupos**:
    - Os participantes são divididos em grupos pequenos (*breakout rooms*). Cada grupo constrói um cenário de supervisão (problemas e soluções)
2. **Partilha e discussão**:
    - Depois de concluírem a história, os grupos partilham as suas contribuições no mural, explicando como integraram conceitos de supervisão pedagógica

Leanete Thomas Dotta

Supervisão "Shark Tank"

- **Objetivo:** Propor soluções criativas para desafios de supervisão pedagógica num formato de apresentação rápida e competitiva.

1. **Divisão em grupos e desafio (Breakout Rooms):**
    - Os participantes são divididos em pequenos grupos, cada um recebendo um desafio de supervisão pedagógica
2. **Criação e apresentação da solução:**
    - Cada grupo tem 5-7 minutos para criar uma solução criativa para o desafio e "vender" essa ideia para o resto do grupo (os restantes participantes atuam como júri).
3. **Discussão final:**
    - O júri (composto por participantes e facilitador) avalia as soluções e discute quais seriam as mais eficazes no contexto real.

Leanete Thomas Dotta

Supervisão Pedagógica em 3x3

- **Objetivo:** Desafiar os participantes a descrever e discutir os aspetos principais da supervisão pedagógica de forma rápida e concisa.

1. **Identificação rápida de 3 aspetos**:
   - Os participantes têm 3 minutos para identificar 3 aspetos chave da supervisão pedagógica,
2. **Discussão em pares/grupos pequenos (Breakout Rooms)**:
   - Os participantes discutem as suas ideias em pares ou grupos de 3, com 3 minutos para partilharem as suas perceções.
3. **Revisão e partilha em grupo**:
   - Cada grupo ou par partilha um resumo das suas discussões com o resto do grupo.

Leanete Thomas Dotta

UNIVERSIDADE LUSÓFONA CENTRO UNIVERSITÁRIO PORTO

Ação de Curta Duração

"Supervisão Pedagógica: Estratégias e Práticas para o Sucesso Educativo"

15 de outubro de 2024
Leanete Thomas Dotta



PPT DE SUPORTE À ACD
MEDIAÇÃO ESCOLAR: UMA PEDAGOGIA PARA A PROMOÇÃO DAS COMPETÊNCIAS DO PERFIL DO ALUNO À SAÍDA DA ESCOLARIDADE OBRIGATÓRIA

ACD

Mediação Escolar: uma Pedagogia para a Promoção das Competências do Perfil do Aluno à Saída da Escolaridade Obrigatória

Formadora: Elisabete Pinto da Costa

A Mediação Escolar e o perfil do aluno à saída da escolaridade obrigatória

A mediação escolar desempenha um papel crucial no desenvolvimento integral do aluno, preparando-o para enfrentar os desafios da vida após a escolaridade obrigatória. Este processo envolve a construção de competências socioemocionais, a promoção do diálogo e da resolução pacífica de conflitos, capacitando os estudantes a se tornarem cidadãos responsáveis e ativos na sociedade.

by Elisabete Pinto da Costa





A importância da Mediação Escolar

A mediação escolar tem ganho crescente relevância no sistema educativo português, posicionando-se como uma ferramenta essencial para promover um ambiente mais harmonioso e inclusivo nas escolas. Este método de intervenção ganha destaque num contexto em que os desafios sociais, comportamentais e relacionais no espaço escolar se tornaram cada vez mais complexos.

O principal objetivo da mediação escolar é atuar de forma proativa na resolução de conflitos, facilitando o diálogo e a comunicação entre os diversos agentes educativos, incluindo alunos, professores, pais e a comunidade escolar em geral. Desta forma, a mediação escolar contribui para a criação de um clima de maior entendimento, cooperação e respeito mútuo entre os diferentes intervenientes no processo educativo.

O Processo de Mediação Escolar

A mediação escolar é um processo estruturado de intervenção, geralmente conduzido por um mediador formado, com o objetivo de ajudar as partes envolvidas num conflito a encontrarem soluções mutuamente aceitáveis. Ao contrário das abordagens punitivas tradicionais, que muitas vezes exacerbam o isolamento e a exclusão dos alunos, a mediação escolar centra-se no diálogo, no respeito pelas diferenças e na valorização das relações interpessoais, buscando a reintegração e a reconstrução de laços de confiança e respeito.

O mediador, que pode ser um professor, um assistente social ou um profissional externo à escola, desempenha um papel fundamental neste processo, criando um espaço seguro e imparcial para que as partes possam comunicar e encontrar soluções construtivas para os seus problemas. Através da mediação, pretende-se promover a autonomia dos alunos, a sua responsabilização e a resolução pacífica de conflitos.

Objetivos da Mediação Escolar

Prevenir e Resolver Conflitos

A mediação escolar visa criar um ambiente propício ao entendimento mútuo e à resolução pacífica de divergências entre alunos, professores e demais membros da comunidade educativa.

Promover Competências Socioemocionais

O processo de mediação escolar ensina aos alunos técnicas de gestão emocional, empatia, comunicação assertiva e respeito pelo outro, elementos-chave para o desenvolvimento pessoal e social.

Fortalecer a Coesão Comunitária

A mediação escolar tem como objetivo favorecer o sentimento de pertença e de colaboração entre todos os membros da comunidade educativa, reforçando os laços e a coesão do grupo.

Reduzir a Indisciplina e o Abandono

Ao construir um ambiente escolar mais inclusivo e saudável, a mediação contribui para a diminuição dos níveis de indisciplina e, consequentemente, das taxas de abandono escolar.

O Papel do Mediador Escolar

O mediador escolar desempenha um papel fundamental de facilitador na promoção de uma cultura de paz e resolução de conflitos na comunidade escolar. Mantendo uma posição neutra e imparcial, o mediador não julga nem impõe soluções, mas sim incentiva o diálogo entre as partes envolvidas, ajudando-as a reconhecer as suas próprias necessidades e as do outro, de modo a chegarem a um entendimento comum.

Além disso, o mediador pode trabalhar proactivamente com toda a comunidade escolar, organizando workshops, ações de formação e atividades que estimulem a comunicação, a empatia e a convivência pacífica entre os alunos, professores e demais membros da escola. Desta forma, a mediação escolar torna-se um processo educativo em si, contribuindo para o desenvolvimento pessoal e social dos estudantes.



Mediação Escolar em Portugal

Em Portugal, a mediação escolar insere-se numa abordagem mais ampla de inclusão e cidadania, sendo incentivada e implementada pelo Ministério da Educação. Cada vez mais, as escolas, especialmente as que enfrentam contextos mais desafiadores, têm integrado a figura do mediador escolar como uma estratégia fundamental de gestão de conflitos e promoção de um ambiente de aprendizagem saudável.

Através de programas que fomentam o diálogo e a integração social dentro das escolas, o Ministério da Educação procura prevenir fenómenos como o bullying, a violência escolar e o isolamento social, contribuindo assim para o desenvolvimento integral dos alunos.

O Perfil do Aluno à Saída da Escolaridade Obrigatória

Com o alargamento da escolaridade obrigatória até aos 18 anos, o sistema educativo português procura formar alunos com competências que vão além do conhecimento académico, valorizando o desenvolvimento holístico do aluno.



Competências do Perfil dos Alunos

Conhecimento e Cultura

Os alunos devem adquirir uma sólida base de conhecimentos nas diversas áreas disciplinares, desenvolvendo capacidades de raciocínio crítico, resolução de problemas e criatividade. Isso lhes permitirá compreender e interagir com o mundo à sua volta de forma mais profunda e enriquecedora.

Autonomia e Responsabilidade

A educação em Portugal visa formar indivíduos autónomos, capazes de tomar decisões de forma responsável. Os alunos são incentivados a desenvolver o pensamento crítico e a assumir a responsabilidade social e ambiental, preparando-os para uma cidadania ativa.

Relações Interpessoais

A capacidade de interagir de maneira colaborativa e respeitosa com os outros é uma das principais apostas da educação em Portugal. Os alunos devem desenvolver habilidades de comunicação eficaz e de trabalho em equipa, essenciais para a vida pessoal e profissional.

Aprendizagem ao Longo da Vida

Num mundo em constante transformação, a capacidade de aprender continuamente e de se adaptar a novos desafios é fundamental. Os alunos devem sair da escolaridade obrigatória com uma atitude positiva em relação à aprendizagem permanente.

Competências Transversais do Aluno

O perfil do aluno à saída da escolaridade obrigatória destaca a importância das competências transversais, como a **literacia digital**, a **criatividade**, a **capacidade de inovar**, a **comunicação** e a **colaboração**. Estas competências são essenciais para que os alunos possam participar ativamente numa sociedade global e digital, além de serem cruciais para a sua **empregabilidade futura**.

O desenvolvimento das **competências sociais e emocionais**, como a **empatia**, a **resiliência** e a **capacidade de gerir o stress**, também é sublinhado. A escola deve proporcionar um ambiente que permita o **crescimento pessoal dos alunos**, preparando-os não só para o mercado de trabalho, mas também para a **cidadania ativa** e para o exercício pleno dos seus **direitos e deveres numa sociedade democrática**.

A Relação entre Mediação Escolar e o Perfil do Aluno

A mediação escolar desempenha um papel fundamental no desenvolvimento do perfil desejado do aluno à saída da escolaridade obrigatória em Portugal. Ao promover a resolução pacífica de conflitos, a mediação contribui para o fortalecimento de competências essenciais, como a autonomia, a capacidade de comunicação, a gestão emocional e o respeito pelo outro.

Além disso, a mediação reforça o sentido de responsabilidade individual e coletiva, aspetos cruciais para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva. Desta forma, a mediação escolar e o perfil do aluno convergem em um objetivo comum: formar cidadãos capazes de viver em comunidade de forma harmoniosa, crítica e ativa, preparados para enfrentar os desafios do futuro, tanto a nível pessoal como profissional.



A Mediação Escolar em Sala de Aula

A mediação escolar assume uma importância vital dentro da sala de aula, onde interagem diferentes personalidades, valores e perspetivas. Neste contexto, a relação entre professores e alunos desempenha um papel crucial, ancorada num paradigma comunicacional que favorece a colaboração, a empatia e o entendimento mútuo.

Ao criar ambientes educativos baseados no diálogo e na gestão positiva de conflitos, a mediação escolar promove o desenvolvimento de competências socioemocionais essenciais para o sucesso dos alunos, tanto dentro como fora da sala de aula. Esta abordagem encoraja a compreensão mútua, a resolução construtiva de problemas e a construção de uma comunidade de aprendizagem inclusiva e produtiva.

O Paradigma Educativo de Comunicação

O paradigma educativo de comunicação proposto por Trindade e Cosme coloca o processo comunicacional no centro da ação pedagógica. Segundo estes autores, a comunicação entre professores e alunos deve ser bidirecional e horizontal, privilegiando o diálogo, a escuta ativa e o respeito pela individualidade de cada aluno.

Este paradigma rompe com os modelos tradicionais, hierárquicos e autoritários, nos quais o professor era visto como o único detentor do saber e o aluno assumia uma postura passiva e receptiva. Ao invés disso, este novo paradigma enfatiza a importância da comunicação recíproca e do envolvimento ativo dos estudantes no processo de aprendizagem.



A Relação Professor-Aluno

A relação entre professor e aluno deve ser vista como um processo interativo, dinâmico e colaborativo, onde ambas as partes constroem conjuntamente o processo de ensino-aprendizagem. Neste paradigma, o professor não é apenas um transmissor de conhecimentos, mas sim um **mediador** que facilita o desenvolvimento de competências cognitivas, emocionais e sociais nos seus alunos.

Uma **comunicação eficaz**, que implica clareza, empatia e respeito, torna-se uma ferramenta central na mediação de conflitos e na promoção de um ambiente de aprendizagem saudável. Esta abordagem visa *fomentar a participação ativa* dos alunos e estimular a sua autonomia na construção do próprio conhecimento.





A Mediação Escolar em Sala de Aula

A mediação escolar assume um papel fundamental no contexto da sala de aula, onde os conflitos cotidianos entre alunos e entre alunos e professores precisam ser resolvidos de forma construtiva. Esses conflitos podem envolver questões de indisciplina, dificuldades de aprendizagem ou problemas de relacionamento interpessoal.

O professor-mediador atua como um facilitador nesse processo, auxiliando os alunos a resolverem seus conflitos sem recorrer a punições ou exclusões. Sua atuação é crucial para criar um ambiente de aprendizagem positivo e propício ao desenvolvimento dos estudantes.

ACD

Mediação Escolar: uma Pedagogia para a Promoção das Competências do Perfil do Aluno à Saída da Escolaridade Obrigatória

Formadora: Elisabete Pinto da Costa



Mediação de Conflitos entre Alunos

A sala de aula é um ambiente dinâmico e diversificado, onde podem surgir conflitos entre alunos. Estes conflitos podem ter origem em questões comportamentais, como disputas, bullying ou desrespeito, ou mesmo derivar de diferenças culturais, socioeconómicas ou de opinião. Nestes casos, o professor-mediador não deve apenas aplicar medidas disciplinares, mas também promover o diálogo entre as partes envolvidas.

Ao dar espaço para que os alunos expressem as suas perspetivas, sentimentos e necessidades, o professor está a contribuir para que os mesmos adquiram competências essenciais para o seu desenvolvimento pessoal, como a gestão emocional, a resolução de problemas e a empatia.

A Mediação Escolar e o perfil do aluno à saída da escolaridade obrigatória

A mediação escolar desempenha um papel crucial no desenvolvimento integral do aluno, preparando-o para enfrentar os desafios da vida após a escolaridade obrigatória. Este processo envolve a construção de competências socioemocionais, a promoção do diálogo e da resolução pacífica de conflitos, capacitando os estudantes a se tornarem cidadãos responsáveis e ativos na sociedade.

by Elisabete Pinto da Costa






ACADEMIA
LUSÓFONA
DE EDUCAÇÃO
fct
Fundação
para a Ciência
e a Tecnologia

UNIVERSIDADE
LUSÓFONA